

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

**DE LÊNIN A GORBACHEV: O PLANEJAMENTO ECONÔMICO
NA UNIÃO SOVIÉTICA**

Uberlândia - MG
2019

FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

**DE LÊNIN A GORBACHEV: O PLANEJAMENTO ECONÔMICO
NA UNIÃO SOVIÉTICA**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Uberlândia, 11 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Pedro Henrique Evangelista Duarte
Orientador
(Universidade Federal de Goiás – FACE)

Profa. Marisa Silva Amaral
(Universidade Federal de Uberlândia – IERI)

Profa. Patrícia Vieira Trópia
(Universidade Federal de Uberlândia – INCIS)

FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

**DE LÊNIN A GORBACHEV: O PLANEJAMENTO ECONÔMICO
NA UNIÃO SOVIÉTICA**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Pedro Henrique Evangelista Duarte

Uberlândia - MG
2019

AGRADECIMENTOS

Estes quatro anos de graduação foram primordiais para a minha formação acadêmica e sobretudo como cidadão, de maneira a estudar profundamente os grandes problemas econômicos e ajudar, na medida do possível, a formular opiniões críticas e gerar debates com as demais pessoas. A todos os professores das Ciências Econômicas, meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família, que sempre me deu forças para que eu pudesse concluir os meus estudos e sempre respeitou os meus posicionamentos políticos. Desde quando eu era mais jovem, os meus pais, Marlei e Belchior, e as minhas irmãs, Carolina e Camila, me trataram com muito amor, zelo, atenção e carinho e, certamente, não há algo mais gratificante do que isso.

Ademais e não menos importante, um grande abraço aos meus amigos de Uberlândia e Sertãozinho que me acompanharam nesta jornada e me deram forças significativas para que eu superasse as adversidades da graduação e a concluísse. Além do apoio acadêmico, as nossas saídas às festas, aos bares e às reuniões de amigos ajudaram a entrelaçar laços cada vez maiores de amor e companheirismo. Não poderia deixar de agradecer ao PET Economia e aos integrantes que foram fundamentais nesse processo histórico.

Ao meu orientador Pedro, sou extremamente grato por me acompanhar nesta pesquisa por quase dois anos com muita atenção e me dando apoio para concluir a monografia. Sem dúvidas, é um ser humano ímpar.

Em último lugar, mas não menos importante, agradeço àqueles que dedicaram e dedicam suas vidas por um mundo mais justo. Sem sombra de dúvidas, vocês são motivos de inspiração para todos os povos, pois só a luta nos libertará das amarras das injustiças sociais. Que possamos construir uma sociedade livre, unida, democrata, progressista e socialista.

RESUMO

A proposta desta pesquisa é de analisar a consolidação do planejamento econômico na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, principal bloco socialista do século passado. Desta forma, passar-se-á por todos os governos – inclusive fazendo um breve resgate que antecede a Revolução Bolchevique, a partir de um enfoque teórico-histórico – para que a compreensão da complexidade das particularidades que estão inseridas nesta realidade objetiva. A União Soviética, que chegou a ser uma superpotência nos tempos de Guerra Fria, dissolve-se em 1991. Logo, há explicações econômicas estruturais que ajudam a sintetizar algumas causas que levaram ao seu colapso em 1991, como o alto grau de hierarquização e o próprio contexto de disputa com os Estados Unidos. Logo, a pesquisa centra-se na União Soviética enquanto uma nova organização econômica, política e social.

PALAVRAS-CHAVE: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); planejamento econômico; planificação; economia socialista.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the consolidation of economic planning in the former Union of Soviet Socialist Republics, the main socialist bloc of the last century. In this way, it will pass through all the governments - including making a brief withdrawal that precedes the Bolshevik Revolution, from a theoretical-historical approach - so that the understanding of the complexity of the particularities that are inserted in this objective reality. The Soviet Union, which became a superpower in Cold War times, dissolves in 1991. Thus, there are structural economic explanations that help to synthesize some causes that led to its collapse in 1991, such as the high degree of hierarchy and the context of dispute with the United States. Therefore, the research focuses on the Soviet Union as a new economic, political and social organization.

KEYWORDS: Union of Soviet Socialist Republics (USSR); economic planning; planning; socialist economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de preços entre bens industriais e agrícolas (ano-base: 1913).....	24
Tabela 2.1 – Evolução e distribuição populacional.....	32
Tabela 2.2 – Evolução de empregados fabris.....	32
Tabela 2.3 – Produção industrial no primeiro Plano Quinquenal (setores selecionados)	33
Tabela 2.4 – Produção industrial de setores estratégicos (segundo Plano Quinquenal)	35
Tabela 2.5 – Produção industrial no Terceiro Plano Quinquenal de alguns setores	37
Tabela 2.6 – População soviética empregada por setor, em porcentagem	37
Tabela 2.7 – Produção industrial durante a II Guerra Mundial.....	39
Tabela 2.8 – Produção industrial entre 1940 e 1953	41
Tabela 3.1 – Cultivo de cereais na República Soviética do Cazaquistão	47
Tabela 3.2 – Planejamento de longo prazo para a indústria	49
Tabela 3.3 – Produção industrial (crescimento médio ao ano, em %)	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento médio da renda nacional soviética (em porcentagem)	54
--	----

LISTA DE SIGLAS

CEI	Comunidade dos Estados Independentes
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
EUA	Estados Unidos da América
<i>GOELRO</i>	Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia
<i>Gosplan</i>	Comissão Estatal de Planejamento
KGB	Comitê de Segurança do Estado
NEP	Nova Política Econômica
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
SALT 1	Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas 1
SALT 2	Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas 2
TsSU	Administração Estatística Central
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

RESUMO	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE SIGLAS	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – DA RÚSSIA CZARISTA À NOVA POLÍTICA ECONÔMICA	14
1.1. Panorama econômico geral do período czarista.....	14
1.2. A Primeira Grande Guerra e o Governo Provisório	15
1.3. O Governo Bolchevique, a Guerra Civil Russa e o comunismo de guerra	17
1.4. A Nova Política Econômica (NEP) e as mudanças inesperadas de planejamento	20
CAPÍTULO 2 – A CONSOLIDAÇÃO DO SOCIALISMO REAL SOB O COMANDO DE JOSEF STÁLIN.....	25
2.1. Debates internos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS): poder, socialismo e planejamento	25
2.2. A operacionalidade do modelo econômico stalinista.....	28
2.3. Os Planos Quinquenais no período Stálin.....	31
2.3.1 O primeiro Plano Quinquenal	31
2.3.2 O segundo Plano Quinquenal.....	34
2.3.3 O terceiro Plano Quinquenal e a “Grande Guerra Patriótica”.....	36
2.4. Período pós-guerra: reconstrução econômica, início da Guerra Fria e a nova inserção soviética no cenário internacional.....	40
CAPÍTULO 3 – AS TRANSFORMAÇÕES DO SOCIALISMO SOVIÉTICO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA E SUA DISSOLUÇÃO	45
3.1. Período Krushev: “desestalinização”, reformas econômicas e a política externa de “coexistência pacífica”.....	45
3.1.1 A questão política.....	45
3.1.2 A economia soviética	46
3.1.3 Coexistência pacífica e as relações internacionais no Governo Krushev.....	50
3.2. Período Brejnev	52
3.3. Período Gorbachev: <i>Perestroika</i> , <i>Glasnot</i> e a dissolução da União Soviética	60
3.3.1 <i>Perestroika</i> : precedentes e diagnósticos	63
3.3.2 Primeira fase da <i>Perestroika</i>	67

3.3.3 <i>Glasnot</i> : primeiros avanços	68
3.3.4 Segunda fase da <i>Perestroika</i> e debates acerca do futuro soviético	70
3.3.5 As duas últimas fases da <i>Perestroika</i> e seus desdobramentos para a queda da União Soviética	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é discorrer sobre a evolução do planejamento econômico da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, principal bloco socialista do século passado, formada por quinze nações e com grande notoriedade após a Segunda Grande Guerra, além de abordar as transformações ao longo de sua existência.

Mesmo após as grandes dificuldades enfrentadas no transcurso da consolidação socialista, como as duas Guerras Mundiais, a Guerra Civil Russa, e uma economia basicamente sustentada pela agricultura e o seu insulamento, a União Soviética sagrou-se como uma grande potência econômica, política e bélica, principalmente no período da Guerra Fria, quando travou uma disputa hegemônica com os Estados Unidos no tocante ao domínio ideológico ao longo das décadas passadas.

Para isto, o recorte temporal nesta análise parte dos primórdios da economia russa agrária no período czarista, anterior à Revolução Bolchevique, até o colapso do bloco soviético em 25 de dezembro de 1991. O objetivo é que, com a análise deste período, possamos sistematizar as particularidades da Rússia antes da formação da União Soviética, de maneira a relacioná-las com as mudanças econômicas e, conseqüentemente, as principais dificuldades enfrentadas ao longo de sua existência, assim como as evoluções econômicas do país, especialmente no tocante ao planejamento econômico, e quais foram as causas fundamentais para o seu fim.

Para a pesquisa, adotou-se o método teórico-histórico, a partir tanto da análise e descrição das contribuições que serão utilizadas como abordagem teórica para o trabalho, quanto da compreensão dos fatos históricos que conformam as estruturas que se pretende analisar. A adoção de tal método se justifica na compreensão de que as condições atuais se conformam como desdobramentos de fatos passados, caracterizando um processo de mudança sujeito a determinações apreendidas.

É nesse sentido que se pretende resgatar os elementos histórico-concretos sobre a economia e sociedade soviética, a partir da eclosão da Revolução Russa, bem como o conjunto de categorias que foram elaboradas no intuito de explicar a nova realidade que surgia na região, enquanto processos históricos alternativos ao sistema capitalista de produção.

O primeiro capítulo fará um breve resumo acerca da realidade socioeconômica da Rússia czarista, apontando as suas particularidades para que a Revolução Bolchevique triunfasse e constituísse um novo regime. Ademais, também abordará os primeiros planejamentos econômicos empreendidos pela recém-formada União Soviética – o Comunismo de Guerra e a Nova Política Econômica – e as dificuldades enfrentadas, como a Guerra Civil Russa e a questão do insulamento, para realizar mudanças estruturais naquela realidade, levando em conta os contextos históricos do período.

Em seguida, abordar-se-á o período do governo Stálin, onde efetivamente se concretiza o planejamento econômico da União Soviética - os denominados Planos Quinquenais. Nesse sentido, a sintetização dos debates e caminhos seguidos pelo bloco soviético no sentido de promover o socialismo real serão relevantes para enriquecer a análise. O recorte temporal vai da década de 1920 até 1953 e apontará as características mais relevantes deste planejamento que emergia na primeira metade do século XX.

O último capítulo tratará dos governos subsequentes à Stálin, passando por Leonid Brejnev, Nikita Krushev e Mikhail Gorbachev. Nesta seção, a evolução da economia soviética e as transformações no tocante ao planejamento, tendo como objetivo a correção de falhas e o contínuo desenvolvimento econômico, será imprescindível para apontar possíveis causas para a sua dissolução, no ano de 1991. Cabe salientar que o contexto da Guerra Fria será devidamente relatado para que a análise história da União Soviética seja reforçada.

A partir disso, tentar-se-á trazer à tona as principais contribuições, vantagens e limitações da economia planificada soviética ao longo de sua existência, enquanto um modelo econômico alternativo ao modo de produção capitalista. Evidentemente, as conclusões não são acabadas, de modo que as contribuições para o debate acerca do socialismo soviético devem ser ampliadas.

CAPÍTULO 1 – DA RÚSSIA CZARISTA À NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

1.1. Panorama econômico geral do período czarista

O quadro socioeconômico russo, na década de 1910, era complexo e de significativas contradições, explícitas no transcurso do desenvolvimento capitalista que se concretizava neste período histórico. Como aponta Oliveira (2002), mesmo com as indústrias modernas nascentes na Rússia czarista, a sociedade ainda estava atrelada aos laços servis, dificultando o processo de aceleração da divisão social do trabalho e, inevitavelmente, da acumulação por intermédio da extração da mais-valia e da formação de um mercado interno consolidado, bases fundamentais do modo de produção capitalista.

O país avançava no processo de industrialização ao final do século XIX, com influência importante de interesses internacionais – França, Inglaterra e Bélgica, por exemplo – em setores como metalurgia e têxtil, concentrados em São Petersburgo e Moscou que, mesmo durante o período da União Soviética (URSS), ainda seriam as principais cidades.

Com as principais potências (como os países da Europa e os Estados Unidos) vivendo o período do capitalismo monopolista – isto é, com protagonismo dos monopólios, trustes e do capital financeiro – e a Rússia ainda consolidando, gradativamente, suas bases produtivas, o país era obrigado a introduzir complexos modernos, rompendo com as “etapas” do desenvolvimento industrial (OLIVEIRA, 2002). Portanto, as indústrias nascentes na Rússia eram, grosso modo, de médio e grande porte, entre 100 e 1000 operários e superior a 1000 operários, respectivamente. No ano de 1914, para se ter dimensão desta transformação, mais de 41% dos operários russos se concentravam nessas indústrias (REIS FILHO, 1989).

No entanto, o motor da economia era a agricultura, que participava de 45,3% da renda russa, e cuja estrutura fundiária era altamente concentrada nas mãos da nobreza czarista, na magnitude de 45%, em 1911. Ademais, antes da Primeira Guerra Mundial, cerca de 80% da população ainda vivia no campo e a pauta exportadora russa era representada, em 88%, por cereais (*ibidem*, p. 13). Estes elementos reforçam o atraso econômico do país e a dificuldade de consolidar uma estrutura industrial.

O processo de industrialização russa, iniciado tardiamente, tem um paradoxo fundamental se comparado com as economias capitalistas avançadas à época, cuja relevância à análise histórica é primordial: enquanto os países centrais concretizaram suas industrializações

tendo como agente principal o Estado, através do acúmulo primitivo de capitais no período colonial, a Rússia construía as bases produtivas por intermédio dos capitais estrangeiros. Mesmo que o Estado russo já tivesse algum controle sobre parte dos investimentos, já que as classes dominantes queriam impedir um processo de “ocidentalização” do país, estes eram majoritariamente de terceiros.

A grande consequência social da industrialização tardia russa, sem um planejamento concreto às realizações econômicas, foi o desenvolvimento totalmente desequilibrado da economia. O contraste era muito evidente quando se visualizava grandes fábricas modernas e, no mesmo cenário, as condições produtivas no campo não tinham grandes diferenças se comparado ao período da servidão:

Na verdade, mesmo ali onde o capitalismo desponta, ele ainda se combina, em larga medida, com formas pré-capitalistas de produção e organização social. [...] Operários e camponeses, que se encontram na base da pirâmide social, é que mais sofrerão com a combinação das formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração. (REIS FILHO, 1989; p. 15)

Não obstante, deflagrou-se, em 1914, a Primeira Guerra Mundial, resultado das tensões imperialistas em busca de novos territórios a serem colonizados e acentuar ainda mais a nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pelos países centrais industrializados exportadores de manufaturados, e os periféricos, de produtos primários.

1.2. A Primeira Grande Guerra e o Governo Provisório

Em busca de novos terrenos a serem dominados e consolidar as forças em torno da figura do Czar, a Rússia viu-se obrigado a ingressar na batalha ao lado da Tríplice Entente, formada pelos principais investidores na indústria do país.

No entanto, o exército russo possuía um contingente insuficiente de soldados para participar do conflito. A solução encontrada foi o recrutamento de camponeses para ingressar nas fileiras da batalha, haja vista que a maioria da população se encontrava no campo. Nesse sentido, a partir da entrada do país na Primeira Grande Guerra, a economia passou a se organizar quase que exclusivamente para o atendimento das demandas referentes à participação do país

no conflito, direcionando investimentos à fabricação de armamentos e transferindo grande parte de sua produção alimentícia aos combatentes.

Esta estratégia de alocação de recursos foi catastrófica: a partir do momento em que camponeses ingressam no exército e a principal fonte de renda do país era a agricultura, os impactos na dinâmica econômica, inevitavelmente, foram altamente negativos. Como reflexo, a produção de cereais – que era o principal item da balança comercial e de fonte alimentícia das famílias - reduziu em 21%, gerando ondas de fome sem precedentes. Em 1917, o consumo de alimentos era menos da metade em relação ao ano anterior. Os recursos industriais caíram 80% em 1914, quando comparados ao ano anterior (REIS FILHO, 1989).

Ao longo da Primeira Grande Guerra, o descontentamento da população cresceu. Dessa forma, intensificou-se as revoltas, principalmente nos dois primeiros meses de 1917, com ondas de manifestações e greves gerais. As revoltas foram inevitáveis pela situação econômica que o país passava, chegando a mais de 1 milhão de grevistas no primeiro semestre de 1914, e aproximadamente 575 mil nos dois primeiros meses de 1917 (*idem*, 2003).

Os russos, em geral, independentemente de ideologias ou partidos políticos e, portanto, sem um movimento de vanguarda à liderança das manifestações, estavam unidos, nos primórdios de 1917, para derrubar o regime czarista vigente: os soldados pediam a retirada das tropas da Primeira Guerra; os trabalhadores, melhores condições de trabalho e comida; os camponeses, terras para cultivo. Em outras palavras, o as demandas da população poderiam ser sistematizadas no legado do período: o pedido por “paz, pão e terra”.

Dado o quadro socioeconômico russo, a derrubada do czar Nicolau II foi concretizada em fevereiro deste ano, formalizando assim o início do Governo Provisório.

Com a Revolução de Fevereiro, o Governo Provisório se construiu como uma espécie de poder de duas faces: *Soviets* e *Duma*. De maneira geral, o primeiro referia-se à Assembleia Constituinte, composta por membros proletários de diversos partidos, organizados de forma autônoma, responsáveis por fiscalizar as decisões gerais do governo. O segundo era a Assembleia Legislativa, de caráter liberal e responsável pelos futuros rumos das decisões internas e externas da Rússia.

O caráter contraditório do Governo Provisório estava estritamente expresso quando a *Duma* ainda “flertava” com o czarismo, elegendo um nobre na liderança e membros da

burguesia liberal para ingressarem no novo governo. As esperanças de uma consolidação mais popular estavam longe de ocorrer.

Não obstante, os avanços da classe operária não eram efetivados, já que os trabalhadores em geral que não tinham suas jornadas reduzidas, sem aumentos salariais e tampouco reforma agrária. Para reforçar o descontentamento com o Governo Provisório, este ainda mantinha a Rússia na Primeira Guerra Mundial e, como já discorrido, era o fator principal do cenário socioeconômico trágico.

A eclosão de uma possível ruptura com o regime vigente parecia palpável no campo, onde os *mujiks*, camponeses russos, faziam livremente as demarcações de terras para romper com a grande concentração fundiária. Com isto, no inverno entre 1917 e 1918, eles apropriam cerca de 40% das terras cultiváveis (REIS FILHO, 1989), com amplo apoio dos bolcheviques, já que estes, em sua maioria, apoiavam a aliança entre operários e camponesinatos.

Nas cidades, ondas de greves, manifestações e de intensa organização partidária com os bolcheviques na vanguarda dos movimentos culminaram, no mês de outubro, na derrubada do Governo Provisório e a instalação de um governo popular tinha caminhos favoráveis para se concretizar.

1.3. O Governo Bolchevique, a Guerra Civil Russa e o comunismo de guerra

Com a Revolução de Outubro, os bolcheviques definitivamente tomam o poder da Rússia, dissolvem a *Duma* e a hegemonia dos *Soviets* é concretizada. Logo, uma série de medidas socioeconômicas de cunho popular, como a abolição de aluguéis e passagens de trens, foram postas em prática. Desta forma, gradativamente, novo Estado formado passou a ser o principal agente econômico e, o mais importante, os trabalhadores e camponeses, pela primeira vez, poderiam se sentir como protagonistas da história russa.

No entanto, as particularidades produtivas e sociais da Rússia deveriam ser enfrentadas de maneira inédita, como se verá a seguir.

No tocante à transição do modo de produção capitalista para o socialismo, cabe colocar alguns pontos importantes. Para Marx, em trabalhos como *A Ideologia Alemã* (2001) e o *Manifesto do Partido Comunista* (2012), sugere que a revolução socialista ocorreria a partir de dois grandes espectros: em uma sociedade altamente desenvolvida no que diz respeito a sua capacidade produtiva (e, no século XIX, o autor dava ênfase à Inglaterra) e com um proletariado

com bastante organização política, sendo a vanguarda das mobilizações revolucionárias. Evidentemente, este aspecto deve ser relativizado e encaixado de acordo com o contexto histórico vivido pelo autor.

Logo, o território russo - dado que suas características não se encaixavam no que os teóricos socialistas argumentavam em tempos anteriores - enfrentaria enormes desafios para chegar ao socialismo, pois o país, apesar de possuir um corpo produtivo capitalista, com uma indústria ligeiramente consolidada, sua estrutura era essencialmente atrasada e com uma sociedade que possuía raízes rurais e feudais bastante fortes.

A Rússia não havia experimentado um desenvolvimento capitalista clássico típico dos países centrais da Europa. Como argumenta Rodrigues (2006), a economia russa estava muito aquém dos níveis alcançados por, por exemplo, Inglaterra e França, já que no governo czarista os objetivos imperialistas, atrelados ao baixo desenvolvimento industrial, levaram o país às ruínas.

As etapas objetivas para a construção de uma nova sociedade, a socialista, eram diferentes. É evidente que todo o processo não segue uma lógica e sim depende de uma série de condicionantes objetivos para viabilizar as novas mudanças. A grande questão seria de como atingir um nível material suficiente para atender as necessidades da sociedade que emergia nas mãos dos novos governantes.

A solução apontada pelos bolcheviques seria a centralização das atividades econômicas nas mãos do Estado. Contudo, este Estado não era igual ao monarca e tampouco ao burguês; como o próprio Lênin (2017) analisava, esta instituição funcionava como instrumento de dominação de uma classe sobre outras, atendendo aos seus interesses. E, por conseguinte, este novo Estado constituído na Rússia deveria servir às classes que antes eram exploradas, além destas estarem nas fileiras dos cargos governamentais.

Uma das primeiras medidas impostas por Lênin foi a abolição da propriedade privada rural, a partir da Lei de Socialização das Terras, promulgada em 18 de fevereiro de 1918, onde cada camponês poderia ter somente uma propriedade de terra, de modo a democratizar a produção, que seriam redistribuídas pelos Comitês Agrários. Juntamente com esta iniciativa, proibiu-se também o direito de trabalho remunerado por via da aniquilação da moeda – logo, os assalariados passaram a receber seus rendimentos em forma de produtos, fundamentalmente agrícolas, por intermédio do Estado – e de arrendamento da terra, de modo a evitar ganhos financeiros. Houve também a estatização de propriedades rurais e grandes indústrias – em 1918,

o Estado nacionalizou 2000 grandes empresas, além de nacionalizar todas as fábricas que tinham mais de dez trabalhadores (VIZENTINI, 1989) –, tal como a coletivização dos processos produtivos e da administração dessas unidades produtivas.

Entretanto, após a consolidação bolchevique do poder, uma guerra civil se deflagra na Rússia, em abril de 1918, que teria duração de quatro anos (1918-1921). As duas polaridades durante o transcurso da Guerra Civil Russa eram os bolcheviques e o Exército Branco, apoiado por burgueses, aristocratas, mencheviques e outras forças conservadoras no plano interno, e militarmente por Inglaterra, França, Japão e Estados Unidos, no plano externo. Ou seja, a correlação de forças estava polarizada entre os revolucionários e a velha ordem.

Devido às situações extraordinárias deflagradas na gênese do Governo Bolchevique, como uma forte oposição e aos constantes ataques externos, a política econômica instaurada por Lênin e toda organização do partido seria voltada para o conflito, denominada como “comunismo de guerra”. A princípio, exigir-se-ia grandes esforços da população para resistir a um novo conflito e salvar a Revolução Bolchevique.

A principal característica do novo planejamento, emergencialmente instalado, foi a militarização do trabalho, onde grande parte da produção de grãos era confiscada pelo Estado e distribuídas à população, fundamentalmente aos soldados do Exército Vermelho, formado em 1918. Durante este período, a distribuição de grãos ao Exército Vermelho foi na magnitude de 75% (VASCONCELOS, 2013).

Para reforçar o caráter do comunismo de guerra, o trabalho era compulsório, onde todos os russos eram obrigados, de alguma forma, a contribuírem para o aumento da produção dos diversos setores. Existiam, também, os chamados “sábados vermelhos”, qualificado como trabalhos gratuitos e voluntários em prol da Revolução Bolchevique.

Vale destacar, também, que a reforma agrária implementada a partir da Lei de Socialização das Terras estabeleceu uma contradição primordial durante o período da Guerra Civil Russa: o caráter coletivo da produção rural não foi constatado na prática. O que ocorreu, na verdade, foi o fortalecimento de uma classe rural média que se sustentava a partir do mercado negro, ocupando quase 90% das terras em 1919.

O confisco dos grãos por parte do Estado não era absoluto. Em 1918, os bolcheviques eram responsáveis por 44% da distribuição, sendo o restante ainda dominado pelos médios camponeses “especuladores” via mercado negro (VASCONCELOS, 2013). Estes resultados

reforçam o erro pontual de política econômica pelos bolcheviques, que alimentaram, mesmo não sendo o objetivo, o caráter burguês no campo.

Percebe-se uma questão fundamental: o frágil planejamento gerava crises de fome aos camponeses pobres que viam seus excedentes confiscados e a única saída, o mercado negro, era praticamente inviável, por conta da especulação dos preços dos grãos. Este controle militar dos produtos agrícolas deve ser entendido no contexto do conflito interno e que, de alguma forma, era inevitável.

O resultado da estrutura produtiva da Rússia, no transcurso da guerra civil, era catastrófico: a produção agrícola caiu pela metade e o consumo representava 40% – em relação dos anos de 1913 e 1920. A grande indústria teve perda de 80%, sendo que para energia elétrica, petróleo e carvão foram na magnitude de 70%. Em setores como ferro e aço, a perda foi praticamente total (REIS FILHO, 2003).

Mas, no início de 1921, mesmo com revoltas e primórdios de greves por melhorias, os bolcheviques derrotaram o Exército Branco e sagraram-se vencedores da guerra civil. O desgaste das forças externas decorrentes da Primeira Grande Guerra foi essencial para que as forças revolucionárias obtivessem êxito.

Ademais, segundo Reis Filho (2003), o Exército Vermelho tinha uma administração mais eficiente e seus combatentes possuíam maior coesão, ao contrário do Exército Branco, que estava mais fragmentado, já que as potências estrangeiras que os apoiava possuíam distintos interesses imperialistas de dominação da Rússia.

Para reestruturar a base produtiva, destruída pela Guerra Civil Russa, medidas estratégicas poderiam ser consideradas, para melhorar toda a estrutura socioeconômica do país e retomar o crescimento. E, para gerar resultados positivos, a revisão de planejamento era imprescindível e deveria ser adaptado à conjuntura do pós-guerra.

1.4. A Nova Política Econômica (NEP) e as mudanças inesperadas de planejamento

Com o término da Guerra Civil e a vitória do Exército Vermelho sobre os contrarrevolucionários, a economia do país estava arruinada por conta das batalhas deflagradas. Para tentar superar o quadro socioeconômico vigente, o Partido Bolchevique precisaria reformular as políticas econômicas para o futuro.

Cessado o conflito, a Rússia pôde efetivamente iniciar o seu planejamento econômico de forma concreta, pois o comunismo de guerra não foi efetivamente implementado de forma ordenada por conta dos acontecimentos adversos.

O primeiro grande projeto foi a *GOELRO* – Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia – em 1920, “abrangendo um período de 10 a 15 anos e envolvendo a avaliação do futuro comportamento tanto dos setores consumidores de energia como dos setores fornecedores de matérias-primas e equipamentos para as usinas” (MIGLIOLI, 1982; p. 49). Desta forma, o Estado Bolchevique assegurava o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica, para universalizar o acesso.

No ano seguinte, elaborou-se a NEP – Nova Economia Política –, cujo objetivo central era de reerguer a estrutura produtiva, de modo a criar condições reais para avançar no projeto socialista. A Nova Política Econômica se configuraria como um “recuo tático”, porque elementos do modo de produção capitalista, como investimentos para o capital estrangeiro e o ressurgimento da propriedade privada dos meios de produção, entrariam em vigor novamente, dada a necessidade objetiva da Rússia de que o crescimento econômico fosse retomado, mesmo que em condições diferentes da socialista.

Entretanto, havia um entrave para o desenvolvimento do socialismo: como aponta Netto (1985) e Vasconcelos (2013), Lênin pensava que o processo russo seria uma espécie de início de ondas revolucionárias, localizadas no Ocidente – Alemanha, principalmente, de cunho proletário – e no Oriente – China, de caráter nacionalista e democrática. Todavia, esses movimentos populares e operários fracassaram e as deflagrações de movimentos socialistas só iriam acontecer após a Segunda Guerra Mundial. Neste quadro, a Rússia estava totalmente insulada e uma possível escalada econômica e social a partir da solidariedade de outros movimentos revolucionários era impossível.

Ao final de 1922, teve-se a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujo objetivo era a adesão voluntária de diversas repúblicas rumo à construção do socialismo. O bloco soviético era um bloco multinacional, que abrangeria ainda mais de cem povos distintos. Em linhas gerais, o funcionamento desse complexo conglomerado de países era: “A União exercia seu poder sobre as relações exteriores, defesa, transportes, comunicações, e planejamento econômico, enquanto às Repúblicas federadas cabiam a justiça, administração, educação, cultura, saúde e serviço social” (VIZENTINI, 1989; p. 67).

Mesmo que a Nova Política Econômica surgiu antes da formação da URSS, a NEP foi fundamentalmente um planejamento do bloco soviético. O principal espectro econômico a ser privilegiado pela NEP seria o setor agrícola, já que a maioria da população russa economicamente ativa ainda estava no campo e o país necessitava de uma maciça produção de alimentos para abastecer a população, duramente atingida pela Guerra Civil. Além disto, o fato primordial residia em que, a partir da acumulação no campo, este excedente serviria de alicerce para importações de maquinários na indústria.

Para que a NEP obtivesse grande adesão social, esta política estava fundamentada em cinco princípios básicos:

“[...] (1) reconstruir a aliança do proletariado com o campesinato a partir da substituição do confisco pelo imposto em espécie, da permissão do excedente privado e do livre comércio; (2) aumentar a produtividade industrial por meio das concessões ao capital estrangeiro; (3) aumentar emergencialmente a produtividade agrária para o abastecimento de alimentos e o aumento da capacidade de importação; (4) reequilibrar as relações de troca entre campo e cidade; (5) eliminar o desemprego, permitindo o assalariamento privado no campo.” (VASCONCELOS, 2013; p. 35).

Para que o planejamento da NEP pudesse alcançar êxito, adotaram-se algumas medidas para viabilizar a reconstrução produtiva. Os principais pontos foram: reintrodução da moeda como forma de retomar as relações mercantis e, principalmente, o pagamento dos salários; transmissão hereditária da propriedade, para estimular o setor privado; abertura econômica para o capital estrangeiro; privatização de indústrias com até 20 operários (VIZENTINI, 1989).

Mesmo com o reestabelecimento das relações de mercado, o Estado Soviético tinha participação nas grandes indústrias, em setores estratégicos como transporte e energia, e no sistema bancário. Desta forma, o controle em geral ainda estava centralizado, apesar da abertura provisória. Não se sabia ao certo quanto tempo iria demorar este período transitório e, no transcurso da Nova Política Econômica, criou-se um panorama econômico complexo, principalmente no campo.

Em primeiro lugar, deve-se entender como era composta a estrutura fundiária em geral. A propriedade rural se dividia, fundamentalmente, em pequenos e médios camponeses (*mujiks*), nos grandes latifundiários (*kulaks*) e nas fazendas cooperativas (com forte presença do Estado, de modo que este se apropriava de grande parte do excedente). Com a liberdade de comércio de produtos agrícolas legalizada e, evidentemente, a apropriação de excedente também, teve-

se, além de outros fatores, uma modificação substancial no tocante à dinâmica econômica no campo. Uma das grandes consequências foi a ascensão e consolidação dos grandes latifundiários, os *kulaks* que, anteriormente, eram em grande parte médios proprietários.

A concentração da terra durante o transcurso da Nova Política Econômica era evidente e bastante considerável: antes de sua implementação, 5% dos proprietários controlavam cerca de 40% da produção de grãos e alimentos em geral. Já na sua vigência, 6% possuíam 60% (VIZENTINI, 1989). Além disso, outro grave problema era que os grandes proprietários faziam imensas estocagens dos produtos agrícolas, de modo a vendê-los quando os preços tivessem uma alta, dado grande controle dos excedentes de cereais. Em decorrência da maior liberdade de negociação, os estoques de cereais diminuíram, entre 1923 e 1926, de 25% para 17% (VASCONCELOS, 2013).

A indústria soviética também se recuperava em ritmo semelhante: no conjunto das indústrias leve e pesada, o índice era de 110,5 em 1927, considerando 1913 como ano-base e igual a 100. Com este crescimento, melhorou-se também as condições dos operários, que tiveram ganhos reais em 15% de seus rendimentos, levando em conta o mesmo período (REIS FILHO, 1983). No entanto, houve uma deterioração dos termos de troca dos bens agrícolas em relação aos industriais:

Argumentou-se [alguns economistas] também que o subdesenvolvimento da indústria soviética era a principal causa do aumento de preços, pois a baixa produtividade elevava os custos de produção. Além disso, a indústria soviética estava operando abaixo de sua capacidade produtiva, o que aumentava a proporção de custos administrativos. Era inegável que o aumento salarial dos operários também interferia no aumento dos preços. (VASCONCELOS, 2013; p. 40)

Este fenômeno ficou conhecido como a “crise das tesouras”, já que as flutuações de preços industriais e agrícolas inverteram em 1923, onde os produtos manufaturados ficaram mais caros, afastando-se como se fosse duas pontas de uma tesoura. Em outras palavras, os camponeses não conseguiam absorver os bens industrializados da mesma forma que os operários consumiam os alimentos.

Para se ter uma ideia da disparidade, entre 1926 e 1927, o campo absorvia apenas 25% dos bens de consumo corrente; o consumo de energia nas atividades agrícolas, para o mesmo período, era de apenas 2% de energia mecânica – ou seja, basicamente tratores –, sendo que a animal representava quase 75%. Entre 1923 e 1927, a produção elétrica saltou de 897 milhões

para 5,3 bilhões de kw/h. No entanto, o consumo de eletricidade no campo representava menos de 1% do que foi produzido em 1927 (REIS FILHO, 1983).

Para reduzir esta disparidade, o Governo Soviético, a partir de 1924, reduziu as concessões de crédito à indústria, aumentando-as aos *kulaks*, e estabeleceu uma política de preços máximos a serem cobrados pelos produtos, o que ajudou, ao longo da década de 1920, a diminuir a relação de preços (VASCONCELOS, 2013), que pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Relação de preços entre bens industriais e agrícolas (ano-base: 1913)

1913	1923/24	1927
1	2,38	1,82

Fonte: Reis Filho (1983).

Ao final da década de 1920, começou-se a ter a concepção de que a prioridade de um forte processo de industrialização era fundamental. Com a morte de Lênin em 1924, por complicações de saúde, abriu-se uma disputa interna no partido entre Josef Stálin e Leon Trotsky, que possuíam visões diferentes no que se refere ao desenvolvimento da União Soviética e, inevitavelmente, de planejamento econômico.

No mesmo período, a NEP é colocada em xeque, dada suas contradições; e, atrelada às futuras disputadas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que surgiriam, os novos rumos do bloco soviético mudariam para sempre, gerando grandes transformações.

CAPÍTULO 2 – A CONSOLIDAÇÃO DO SOCIALISMO REAL SOB O COMANDO DE JOSEF STÁLIN

2.1. Debates internos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS): poder, socialismo e planejamento

Durante quase toda a década de 1920, foram realizados intensos debates acerca do futuro da União Soviética dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e de que maneira a política econômica seguiria para que o país avançasse ao estágio socialista.

Em 1923, travou-se a primeira batalha: a oposição operária, composta por Leon Trotsky e Ieviguêni Preobrazhensky, defendia o abandono da Nova Política Econômica (NEP), e em seu lugar dever-se-ia colocar em prática planos econômicos voltados ao incentivo à indústria pesada, além da coletivização e mecanização das terras, de modo a elevar a produtividade agrícola e liberar um contingente de camponeses às indústrias nascentes. Esta estratégia implicaria em centralização das decisões e rigidez ao cumprimento de metas.

A ala da “pureza leninista”, composta por Josef Stálin, Grigori Zinoviev, Lev Kamenev e Nikolai Bukharin pregava a permanência da NEP como uma forma de manter o “ritmo [de desenvolvimento] mais elevado a longo prazo” (REIS FILHO, 1982; p. 27), defendendo a aliança operária e camponesa. Logo, a Nova Política Econômica não funcionaria mais como um “recoo tático”, mas como a própria estratégia de desenvolvimento. Ao contrário da oposição operária, esta tática de desenvolvimento econômico tenderia a ser mais flexível, democrática e com metas indicativas, ou seja, que não fossem impostas aos trabalhadores.

Ademais, além do debate econômico e das estratégias de planejamento, havia ainda discussões dentro do Partido Comunista acerca da própria concepção de socialismo e de que maneira a União Soviética deveria se comportar frente aos acontecimentos que transcorriam naquele período histórico.

A tese da “revolução permanente”, encabeçada por Trotsky, discorria sobre a necessidade da ocorrência de movimentos revolucionários em outros países e que isto seria fundamental para a consolidação do socialismo na URSS. O próprio Marx (2012) defendia a tese do “internacionalismo proletário”.

“O socialismo em um só país”, elaborado pelo secretário-geral do PCUS, Josef Stálin, parecia ter uma visão mais realística: dado que insurreições internacionais não se deflagraram

após a Revolução Bolchevique, a União Soviética não deveria ficar à mercê de novos movimentos, mas fazer um grande esforço para desenvolver o socialismo “com suas próprias mãos”.

É importante ressaltar que, durante a década de 1920, com Lênin afastado das atividades políticas por motivos de saúde, – morrendo em janeiro de 1924 – Stálin passou a ser o secretário-geral do partido já no início da década, aglutinando forças para si e, desta maneira, a sua posição passou a ser cada vez maior e, posteriormente, autoritária. E, desta forma, as suas teses, tanto da NEP quanto a do socialismo em um só país, foram aprovadas.

Para sintetizar de maneira cronológica, a NEP ficou em vigência até 1927, enquanto a tese stalinista sobre o socialismo foi aprovada em 1925, durante o XIV Congresso do PCUS. No entanto, a tese do socialismo em um só país, atrelada à continuidade da Nova Política Econômica, possuía uma intrínseca contradição: como analisada no capítulo anterior, a NEP agregava elementos de mercado, como a propriedade privada e a participação de capitais estrangeiros, dando prioridade à produção agrícola. Contudo, já que o PCUS acatou a tese stalinista acerca do socialismo em um só país, o mais coerente seria promover uma industrialização acelerada, como a tese da oposição operária, encabeçada por Trotsky, pregava.

Como apontado por Vizentini (1989; p.75), “[o] que poucos perceberam [referindo-se aos membros do PCUS] foi que a ideia de industrialização fazia parte desta concepção, contradizendo o próprio Stálin na época.”. Já Netto (1985; p. 39), aponta que “[...] dada a tese do socialismo ‘num só país’, dever-se-ia proceder à industrialização acelerada, calçada na coletivização compulsória da agricultura (como se vê, há um resgate parcial do projeto de Trotsky).”.

Logo, não seria razoável pensar que, a longo prazo, a agricultura ainda fosse o motor econômico da União Soviética, já que a questão de desenvolvimento vem intimamente ligada à questão da promoção da industrialização, tal como nos países centrais capitalistas. Ademais, a URSS necessitava se proteger de supostas ameaças estrangeiras que poderiam, a qualquer momento, aniquilar a Revolução Bolchevique.

No entanto, deve-se entender a nova fase da União Soviética no tocante ao planejamento econômico com as disputas internas no PCUS.

Mesmo doente, Lênin ainda escrevia alguns textos aos partidários, dando sugestões sobre medidas a serem seguidas pelo partido. E uma delas, conhecida como “Carta ao

Congresso” escrita ao final de 1922, sugeria que o PCUS ampliasse a democracia interna através da adesão de mais membros ao Comitê Central, “(...) que incorporasse representação mais ampla e se aproximasse mais das massas, (...)” (VOLKOGONOV, 2017; p. 121). Nesta mesma carta, o líder bolchevique ainda sugeria que o partido retirasse Josef Stálin do posto de secretário-geral, já que via em seus comportamentos formas autoritárias de se tratar as principais diretrizes do PCUS, mesmo que não tivesse sugerido a sua substituição por Trotsky. (*ibidem*, p. 124).

Stálin, evidentemente, ocultou esta carta e ela foi somente colocada em público no governo Nikita Krushev. Evidentemente, o secretário-geral passou a articular as forças partidárias a seu favor, deteriorando ao máximo a de seu principal concorrente e, inevitavelmente, sua figura já era hegemônica ao final da década de 1920.

Desta forma, no XV Congresso do PCUS, realizado em dezembro de 1927, aprova-se a tese stalinista de desenvolvimento, o “socialismo em um só país”, atrelado à industrialização pesada e à coletivização forçada das terras (NETTO, 1985). Portanto, o modelo de planificação econômica foi efetivado no ano seguinte, quando ocorreu o Primeiro Plano Quinquenal.

Cabe agora elucidar como se deu a elaboração deste primeiro grande projeto na União Soviética, tendo-se mais uma disputa entre duas correntes de como deveria se dar o planejamento centralizado:

No decorrer da elaboração do I Plano Quinquenal, houve grande discussão entre duas correntes contraditórias na economia socialista emergente. Defensores da primeira corrente, a qual Konratiev também pertenceu, chamaram-se “genéticos”. Eles pensavam que diretrizes dos planos devem basear na análise das tendências existentes na economia, levar em conta disponibilidade de recursos e conjuntura real econômica. A esta corrente pertenceram, em geral, especialistas da elite profissional e intelectual da Rússia czarista, os quais não eram, na maioria, membros do Partido Comunista.

A segunda corrente defendeu a abordagem teleológica, e seus proponentes chamaram-se “teleólogos”. Eles consideravam a formulação de objetivos e a elaboração das metas de desenvolvimento como a etapa mais importante da planificação. Para o cumprimento das metas, devem ser buscados recursos necessários, alterada conjuntura econômica e formadas novas tendências. Sendo assim, o plano basear-se-ia mais nas diretrizes centrais do que nas previsões científicas. Os proponentes da segunda corrente foram, na maioria, membros do Partido Comunista e aqueles economistas que prefeririam seguir pela linha geral do Partido (MIKHAILOVA, 2011; p. 4).

O que se pode perceber, durante o período que antecedeu à aplicação do Primeiro Plano Quinquenal, é que a primeira proposta partia da análise real da economia soviética para que, posteriormente, pudesse fazer as resoluções necessárias do planejamento central.

Ao contrário, a segunda corrente, que foi a vencedora, defendiam um modelo extensivo de crescimento econômico, onde o cumprimento das metas, formadas pela burocracia do PCUS, era mais importante do que a análise concreta dos recursos existentes. Outro fator de suma importância à concretização do Primeiro Plano Quinquenal foi o autoritarismo de Stálin e a repressão incessante contra seus opositores internos, não exitando em exilá-los ou a mandá-los para prisões, como nos casos de Trotsky e Kondratiev, por exemplo, viabilizando suas decisões de forma mais fácil.

2.2. A operacionalidade do modelo econômico stalinista

Durante grande parte da existência da extinta União Soviética, vigorou-se o modelo stalinista de planejamento econômico. Não havia, até então, nenhuma evidência histórica de algo semelhante e os desafios eram enormes, já que, como o bloco soviético adotava a tese do “socialismo em um só país” e o seu insulamento era evidente, o seu desenvolvimento era basicamente autárquico.

Há um fator crucial para entender a complexidade da planificação econômica soviética: por muito tempo do século passado, a ala ortodoxa socialista sempre defendeu que o modelo stalinista era o único genuinamente marxista, funcionando praticamente como um dogma e, principalmente no pós-II Guerra, diversos países socialistas que emergiam o adotavam (MIGLIOLI, 1983). Talvez a principal explicação para tal afirmação seja o culto à personalidade em torno de Josef Stálin, onde os aliados internacionais que surgiam viam em sua figura a personificação do legado socialista e leninista, seguindo cegamente os princípios soviéticos da época.

A consequência primordial que isto gerou é de que, como havia um “único modelo” de planejamento aos países socialistas, desconsiderava-se as especificidades concretas dos países que o adotavam. Ou seja, significa que nem sempre a planificação stalinista era aplicável nas economias socialistas emergentes.

Cabe, assim, explicar de que maneira funcionava a operacionalidade do modelo, evidenciando suas principais características e limites.

Segundo Rossetti (1981), a política e as programações econômicas eram intimamente relacionadas ao Estado no modelo econômico soviético. O primeiro item refere-se ao objetivo mais amplo de uma sociedade, que seria a própria política nacional, voltada para as áreas de

defesa, infraestrutura e desenvolvimento social. Já as programações são os aspectos secundários de uma economia, abrangendo a decomposição das ações do planejamento central em três níveis fundamentais: global, setorial e regional.

No tocante à operacionalidade do modelo de planificação soviética, tinha-se a Comissão Estatal de Planejamento (*Gosplan*), que era o órgão central da política econômica, responsável por elaborar um plano econômico geral de médio prazo – os chamados Planos Quinquenais. Além destes, eram também elaborados planos de longo e curto prazos. O primeiro referia-se às grandes linhas de desenvolvimento socioeconômico, a partir da avaliação de recursos disponíveis, de modo a estabelecer níveis de produção, melhorias gerais da produtividade, técnicas novas, entre outros. Os de curto prazo eram desdobramentos dos planos quinquenais, com metas específicas e procedimentos à execução (MIGLIOLI, 1983). Tinha-se, também, os órgãos periféricos, ou ministérios, de acordo com cada atividade produtiva, que serviam de suporte ao Estado soviético para ajudar na conclusão das metas estabelecidas, localizados nas áreas industriais e rurais.

Portanto, evidencia-se a primeira característica do modelo: a hierarquização das decisões. Em outras palavras, com a elaboração das metas de médio prazo pelos órgãos estatais superiores, as empresas ficavam à mercê de promover suas próprias decisões – a chamada autogestão das fábricas – no que diz respeito à produção e à utilização dos recursos. A perda de independência das fábricas foi evidente porque:

(i) os investimentos passaram a ser predominantemente dependentes do plano e dos recursos alocados pelo orçamento de Estado, e menos dos lucros e dos empréstimos bancários; (ii) o caráter imperativo dos planos implicava que a decisão sobre a produção dependia em grau crescente de medidas administrativas e, em grau decrescente de importância, da demanda dos consumidores; e (iii) a fixação dos preços pelos órgãos de planificação restringia a liberdade de ajustar oferta e demanda via preços (GOMES, 2015; p. 8).

O centralismo também era uma atribuição importante ao modelo soviético, e complementar à hierarquização. Miglioli (1983) argumenta que as decisões relativas às atividades econômicas eram classificadas por: (i) âmbito nacional, que engloba o comportamento geral da economia, como taxas de crescimento, distribuição de investimentos, entre outros; (ii) âmbito da empresa, referente às decisões de produção, como explicitado anteriormente; (iii) âmbito individual, que se refere às preferências por produtos e trabalho, basicamente.

Segundo o autor, em economias socialistas, os dois primeiros itens estão englobados no Estado, ao contrário de economias capitalistas, nas quais o segundo item é próprio das empresas. Desta forma: “(...) o que caracteriza um planejamento socialista (...) são as decisões do segundo tipo, (...)” (*ibidem*: 53).

Outra questão que se pode concluir a partir destas perspectivas é que, como aponta Gomes (2015), na União Soviética, a alocação dos recursos era feita *ex-ante*, enquanto que, nas sociedades capitalistas, esta distribuição de produtos e serviços seria *ex-post*, no mercado de compra e vendas.

A forma utilizada para fazer este tipo de alocação era conhecido como “método de balanço”. Tal método consistia em

[...] balanços contábeis que dispunham os recursos disponíveis e os usos dos mesmos. Os recursos disponíveis se dividiam em três grupos principais: os estoques iniciais, a produção e as importações. Os usos desses recursos tinham seis destinos principais: necessidades produtivas, investimentos, fundo mercantis, reservas do Estado, exportação e estoque finais (*ibidem*: 16).

Logo, os responsáveis pela planificação podiam visualizar excessos e falta de recursos nos setores econômicos, de modo a reformular, sempre que possível, as alocações de acordo com o descompasso entre oferta e demanda. No entanto, o que poderá se evidenciar quando a discussão dos planos quinquenais for abordada, é que houve um desequilíbrio muito forte entre indústria pesada e leve, sendo uma das razões ao colapso econômico soviético.

Para que o método de balanço obtivesse êxito, dever-se-ia fazer um grande esforço para conciliar o mapeamento e direcionamento de recursos com as proposições dos órgãos superiores, o que nem sempre era algo trivial, haja vista de que, muitas vezes, algumas metas eram praticamente impossíveis de se atingir, como ultrapassar a produção estadunidense em um espaço de tempo recorde.

O autoritarismo é outro elemento fundamental para entender o planejamento soviético. Como já discorrido em parágrafos anteriores, a corrente burocrata do PCUS havia se instalado efetivamente nas decisões econômicas e políticas e a figura de Stálin se consolidava como a personificação do socialismo. Com isso, intuitivamente, a sociedade como um todo não era consultada a respeito das grandes decisões econômicas da nação, sendo estas responsabilidades

centralizadas na cúpula do Partido Comunista e demais técnicos simpatizantes (MIGLIOLI, 1983).

Desta forma, duas conclusões podem ser apontadas: (i) o modelo soviético era extensivo, isto é, as empresas se preocupavam em cumprir as metas, mesmo que isto implicasse em desperdícios ou perda de qualidade dos produtos; e (ii) os planos quinquenais eram imperativos e não indicativos, isto é, dever-se-ia cumprir praticamente tudo que havia sido planejado, dado o autoritarismo e a obrigatoriedade de atingir as metas estipuladas da cúpula partidária, para que as empresas recebessem bônus por isso.

2.3. Os Planos Quinquenais no período Stálin

2.3.1 O primeiro Plano Quinquenal

O Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) tinha duas tarefas fundamentais: promover a coletivização forçada das terras para eliminar o caráter burguês do campo, e acelerar o processo de industrialização da URSS, de modo que o bloco soviético se tornasse, em um curto espaço de tempo, uma potência econômica e militar.

Como discorrido no capítulo anterior, os *kulaks* e demais camponeses privados médios passaram a estocar os alimentos ou até mesmo queimá-los por conta da crise das tesouras. Intuitivamente, possuíam um “controle da fome” da população soviética e o utilizavam para elevar seus poderes políticos e econômicos, já que, entre 1927 e 1928, controlavam cerca de 94% dos cereais comercializados (REIS FILHO, 1983).

Como o impasse de interesses entre Estado e camponeses era latente, a solução encontrada por Stálin e seus apoiadores foi a dura repressão frente a estas classes sociais, de maneira que as expropriações de terras poderiam levar ao exílio das pessoas ou até mesmo à morte. Não obstante, o lema do PCUS era a “eliminação dos *kulaks* como classe”. Estima-se que, neste período, entre 1 e 4 milhões de pessoas foram mortas (VIZENTINI, 1989).

A meta do Partido Comunista era de que, ao final do primeiro Plano Quinquenal, o percentual de terras coletivizadas fosse de até 17%. Mas o que se verificou foi uma taxa superior a 61% (REIS FILHO, 1983), distribuídas em fazendas cooperativas (*kolkhozes*) e estatais (*sovkhazes*), o que reforça a repressão stalinista que se iniciava.

Além de eliminar a propriedade privada no campo, a coletivização das terras tinha dois importantes objetivos indiretos fundamentais: (i) liberar um contingente populacional para ser empregado na indústria; e (ii) a partir do momento em que o Estado tem uma maior apropriação dos excedentes agrícolas das cooperativas e estatais, este seria direcionado para a industrialização pesada.

De fato, houve um crescimento considerável das cidades e dos operários nas fábricas a partir dos planos quinquenais, o que pode ser verificado nos dados das tabelas abaixo.

Tabela 2.1 – Evolução e distribuição populacional

Ano	População total (milhões)	Cidades (em %)	Campos (em %)
1912	159,2	18	82
1940	194,2	33	67

Fonte: Netto (1985).

Tabela 2.2 – Evolução de empregados fabris

Ano	Empregados (em milhões de pessoas)
1922	1,12
1950	40,4

Fonte: Netto (1985)

Porém, os dois objetivos citados culminaram em alguns problemas econômicos. À medida que o processo de urbanização transcorria, houve um processo de diferenças salariais importantes entre os soviéticos. De maneira lógica, como a URSS estava em uma fase de aceleração da industrialização, teve-se uma elevação da demanda por trabalhadores qualificados, o que, inevitavelmente, gerou uma discrepância salarial na indústria.

Em relação à coletivização, o Estado soviético estabeleceu entregas obrigatórias de safras feitas pelos camponeses, de maneira que o percentual coletado compulsoriamente sempre crescia, independente das situações produtivas das propriedades. Para dar exemplos numéricos, em 1928, as coletas pelo Estado chegaram a 10,8 milhões de cereais; no ano subsequente, foram mais de 16 milhões (REIS FILHO, 2003). Além disto, o número de gados bovinos caiu mais de 46% entre 1929 e 1933 (NETTO, 1985).

No entanto, as entregas obrigatórias, gradativamente, começaram a desestimular a produção agrícola. O Estado não levava em conta os níveis produtivos e, inevitavelmente, a

disparidade dos preços relativos entre manufaturados e bens primários ainda permanecia tal como na Nova Política Econômica. O que se pode concluir é que a justificativa oficial do governo soviético era de que os recursos deveriam servir à industrialização, “custe o que custar”.

O outro grande objetivo do primeiro Plano Quinquenal era da industrialização pesada da União Soviética que, ao contrário da agricultura, caminhava a ritmos acelerados e com significativos resultados. Neste processo, pode-se afirmar que as políticas industriais soviéticas eram verticais, pois focavam em alguns setores específicos ou, em outras palavras, estratégicos. Em geral, se priorizou investimentos em: “(...) indústrias de construção mecânica, armamentos, siderurgia, transportes, estradas de ferro e canais, energia elétrica, carvão e petróleo, (...). A eles seriam destinados 78% dos investimentos totais.” (REIS FILHO, 2003; p. 91-92).

Houve uma grande mobilização do Estado, mesmo que pela via da repressão, para que as metas fossem cumpridas, de modo a estimular os trabalhadores soviéticos a atingi-las. Os esforços estavam no sentido de que, claramente, começava-se a ter desequilíbrios no tocante aos setores econômicos. Como se viu no parágrafo anterior, quase 80% dos investimentos estatais foram alocados a um pequeno conjunto de ramificações. Logo, além da situação no campo, a produção de bens de consumo também foi prejudicada.

Isso se deve ao fato de que a corrente de planejamento dos teleólogos, que foi a vencedora, desconsiderava em grande parte um desenvolvimento econômico minimamente equilibrado, sendo que as imposições da cúpula burocrática do PCUS e o cumprimento das metas, a qualquer custo, fossem mais importantes do que a análise objetiva e concreta dos recursos disponíveis.

Mesmo com estes problemas, o Primeiro Plano Quinquenal foi sobrecumprido, isto é, as metas foram satisfeitas em um período de quatro anos. Os setores privilegiados obtiveram resultados expressivos, como evidenciados nos dados da tabela abaixo.

Tabela 2.3 – Produção industrial no primeiro Plano Quinquenal (setores selecionados)

Ano	Carvão (milhões de toneladas)	Aço (milhões de toneladas)	Petróleo (milhões de toneladas)	Eletricidade (milhares de kW)
1928	35,5	4,5	11,6	5
1932	64,4	5,9	28,6	13,5

Fonte: Netto (1985).

Em linhas gerais, a produção industrial média anual cresceu a uma taxa próxima de 15% (NETTO, 1985) e a renda nacional, durante o período, teve uma elevação significativa de, aproximadamente, 86,5% (REIS FILHO, 2003).

Cabe lembrar que, durante a vigência do primeiro Plano Quinquenal, ocorria no mundo capitalista liberal a grande crise de 1929, o que contribuiu para o avanço econômico da União Soviética frente a estes países. Como a tese do “socialismo em um só país” venceu, a crise praticamente não afetou a URSS, já que se tratava de um bloco socialista e autárquico, dependendo de suas próprias forças para se desenvolver. Mesmo com um maior ingresso de capital estrangeiro na União Soviética, em decorrência da NEP, essa abertura não foi tão significativa a ponto de influenciar negativamente a economia do bloco soviético.

2.3.2 O segundo Plano Quinquenal

O segundo Plano Quinquenal (1933-1937) visava impor metas mais realistas de cumprimentos produtivos em relação ao plano anterior, além de correção de erros de planejamento econômico.

O órgão central de planificação, *Gosplan*, projetava um aumento de 50% na produção agropecuária e 100% na indústria leve para elevar o padrão de vida dos soviéticos, além da ampliação do acesso aos bens de consumo individuais. Contudo, apesar das revisões, a indústria pesada ainda era prioridade (VIZENTINI, 1989).

Ademais, o processo de racionamento de alimentos, centralizado no Estado e imposto devido à intensa coletivização das terras, ainda em vigência, foi abolido, o que permitiu maior liberdade de comércio e seu desenvolvimento. Reis Filho (2003) argumenta que, mesmo com a abolição do racionamento, a escassez de alimentos era ainda um problema, haja vista que o Estado soviético priorizava as exportações desses produtos para adquirir divisas, viabilizando importações de maquinários e outras matérias primas essenciais.

Já *Mejdunarodnaia Kniga* (1961) discorre que, já ao final do segundo Plano Quinquenal, a União Soviética importava apenas 0,9% de seus maquinários, enquanto no plano precedente esta porcentagem era próxima de 13%. Ainda diz que, no bloco soviético, a indústria de bens de capital havia atingido um específico nível de produção, de modo que qualquer máquina poderia ser feita na URSS.

Essas duas linhas de argumentação que, em um primeiro momento, podem parecer excludentes, são de alguma forma complementares, por uma razão muito simples: apesar do regime soviético ser basicamente autárquico, ainda na gênese de sua industrialização importava maquinários, mesmo de potências estrangeiras. No mesmo período que se iniciou os planos quinquenais, ocorreu a crise de 1929, o que pode ter permitido à URSS importar máquinas e equipamentos por preços relativamente mais baixos e, desta forma, desenvolver sua indústria pesada via imitação. Desta forma, gradativamente, a União Soviética passou a depender cada vez menos de importações.

Analisando o desenvolvimento da indústria leve e agricultura, a evolução do capital revertido cresceu 2,4 vezes em relação ao primeiro plano. Já a produtividade do operário cresceu em 82%, juntamente com o crescimento industrial médio soviético no período entre 1930 e 1937, que foi de 20% ao ano (*ibidem*, p. 456).

Mesmo com a notável evolução desses setores, a indústria pesada ainda era uma prioridade fundamental à União Soviética, que crescia a passos impressionantes, avançando cada vez mais, como demonstrado na tabela abaixo. Cabe lembrar que, ao final do segundo Plano Quinquenal, praticamente todas as indústrias estavam estatizadas.

Tabela 2.4 – Produção industrial de setores estratégicos (segundo Plano Quinquenal)

	1932	1937
Eletricidade	13,5	36,2
Carvão	64,4	128
Petróleo	21,4	28,5
Aço	5,9	17,7
Renda Nacional	45,5	96,3

Nota: Eletricidade em milhares de kW. Carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas. Renda nacional em milhões de rublos, com base em 1926-1927.

Fonte: Reis Filho (2003).

Os grandes destaques foram a eletricidade, com um crescimento superior a 168% no período, e a própria renda nacional soviética, que mais que dobrou. O segundo Plano Quinquenal foi cumprido no prazo de cinco anos e, mais do que isso, a indústria soviética dava saltos qualitativos importantes.

No entanto, apesar dos expressivos resultados, a onda de “expurgos stalinistas” foi agravante na década de 1930: repressão policial para quem discordasse do regime, exílio,

transferência de pessoas aos campos de trabalho forçado (*gulags*), mortes em massa, entre outros aspectos semelhantes.

Segundo Netto (1985), entre 1936 e 1939, toda a velha guarda bolchevique (em geral, membros do PCUS que participaram, direta ou indiretamente, da Revolução de Outubro) foi desarticulada, além de que, no mesmo período, 70% dos membros do Comitê Central do partido, eleitos em 1934, foram presos, sem contar os soldados do Exército Vermelho que também foram dizimados. Figuras importantes como Zinoviev, Kamenev e Trotsky foram vítimas da repressão stalinista - os dois primeiros fuzilados neste período, e o terceiro foi morto quando estava exilado no México em 1940, a mando de Stálin.

Mesmo com essas dificuldades, a União Soviética caminhava praticamente com suas próprias forças ao desenvolvimento socialista. Porém, a iminência de um outro conflito mundial era latente e o terceiro Plano Quinquenal teria que estar centrado neste específico ponto. E, de alguma forma, a figura de Stálin foi crucial para o desfecho da Segunda Grande Guerra.

2.3.3 O terceiro Plano Quinquenal e a “Grande Guerra Patriótica”

Este plano talvez foi o mais crucial para a União Soviética, já que o mesmo foi interrompido em 1941, quando o bloco efetivamente entra na Segunda Guerra Mundial, ou a “Grande Guerra Patriótica”, nome que os soviéticos a denominavam.

Mesmo que a URSS não tenha entrado desde o início do conflito, o planejamento econômico foi direcionado à indústria bélica, caso as circunstâncias exigissem sua entrada, o que de fato ocorreu. Além desta adversidade, Vizentini (1989) apontou que, mesmo com metas ligeiramente ambiciosas, o terceiro Plano Quinquenal procurou aprimorar aspectos qualitativos, como a gestão das fábricas estatais e a produtividade do trabalho.

De fato, a produtividade dos trabalhadores na indústria cresceu consideravelmente: tomando como base o ano de 1928, início do primeiro plano, em 1940 o crescimento foi na magnitude de 343%, o que significou, em grande medida, uma redução importante nos custos de produção industriais (MEJDUNARODNAIA KNIGA, 1961).

No entanto, ao analisar este recorte temporal, não se pode esquecer a grande prioridade do terceiro Plano Quinquenal: a indústria bélica. Fazendo um comparativo entre o total da indústria soviética com a de armamentos, tomando o período entre 1938 e 1940, a primeira cresceu a uma taxa anual média de 13%, enquanto que a indústria bélica foi de quase 40%,

participando no início de 1941, ano da entrada do bloco na guerra, de 45% da renda nacional (MIKHAILOVA, 2011).

Estes dados reforçam a preocupação do Estado soviético com uma possível entrada na Segunda Grande Guerra, cuja taxa de evolução do setor bélico foi quase três vezes superior à média total da indústria. Desta forma, não se pode descartar o crescimento dos setores estratégicos soviéticos, demonstrados em tabelas anteriores, durante o terceiro Plano Quinquenal.

Tabela 2.5 – Produção industrial no Terceiro Plano Quinquenal de alguns setores

	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1937	128	17,7	28,5	36,2
1940	165,9	18,3	31,1	48,3

Nota: Eletricidade em milhares de kW. Carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas.

Fonte: Reis Filho (2003) e Neto (1985).

Nitidamente, o ritmo de crescimento, apesar de alto, foi menor se comparado ao segundo plano. Neste, a eletricidade cresceu quase 170%, enquanto no período entre 1937 e 1940, a taxa foi um pouco superior a 33%. O conjunto de dados permite afirmar, mais uma vez, a prioridade do setor bélico no terceiro Plano Quinquenal.

É importante, no momento, demonstrar as transformações sociais que a União Soviética enfrentou durante os três planos quinquenais, onde o processo de urbanização foi intensificado e a economia, evidentemente, sofreu modificações substanciais. Os dados da tabela 2.6 permitem visualizar informações referentes à população empregada.

Tabela 2.6 – População soviética empregada por setor, em porcentagem

	1928	1940
Setor agrícola	80%	54%
Setor industrial	8%	23%
Setor terciário	12%	23%

Fonte: Vizontini (1989).

Notoriamente, o setor industrial foi o que mais ganhou participação durante os planos quinquenais e, inevitavelmente, o processo de êxodo rural foi intenso. Estima-se que, entre 1926 e 1939, cerca de 23 milhões de camponeses migraram às cidades, formando um grande contingente de mão de obra disponível para o setor industrial (VIZENTINI, 1989).

Um processo natural devido ao rápido processo de deslocamento populacional do campo à cidade é a favelização. “Em 1936, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas e corredores e 25% alojavam-se em dormitórios (...)” (REIS FILHO, 2003; p. 95). No entanto, apesar das dificuldades, a União Soviética havia introduzido políticas de universalização e gratuidade de saúde e educação, onde melhorias sociais tiveram abrupta elevação.

No período entre 1928 e 1941, os diplomados do ensino fundamental e médio cresceram de 288 mil para quase um milhão e meio de pessoas. O número de alunos formados nas universidades subiu de 233 para 908 mil (REIS FILHO, 2003). Ademais, o número de analfabetos acima dos 30 anos, em 1939, era zero (NETTO, 1985).

Além destas importantes conquistas da classe trabalhadora soviética, vale destacar que as mulheres também obtiveram grandes conquistas durante as primeiras décadas de existência da antiga URSS, onde alcançaram igualdade jurídica, mais oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico e ingresso às universidades.

Analisado os três primeiros planos quinquenais, cabe, neste momento, esmiuçar a participação soviética, mesmo que de forma generalizada, na Segunda Grande Guerra, e seus desdobramentos, que teve início na interrupção do terceiro Plano Quinquenal e a transferência de planejamento à economia de guerra, que levou uma grande conquista à URSS.

A entrada da União Soviética junto aos Aliados se deu em junho de 1941, quando as tropas nazistas fizeram uma inicial ofensiva e, ao final do mesmo ano, o bloco soviético havia tido perdas significativas.

Os soldados hitleristas estavam ocupando os Estados bálticos, Ucrânia, Crimeia, Bielorrússia e parte considerável da Rússia europeia. Nestas regiões, estavam compreendidos 40% da população soviética, 65% da produção de carvão, 68% de ferro, 58% de aço e 38% dos cereais, além de quase 2 milhões de prisioneiros (REIS FILHO, 2003). Em outras palavras, alguns dos principais produtos soviéticos estavam sob domínio nazista.

Mas foi a partir da vitória do Exército Vermelho na famosa Batalha de Stalingrado, entre agosto de 1942 e fevereiro de 1943, que a União Soviética tomaria a ofensiva contra os nazistas, até a tomada de Berlim em 1945, sendo a grande responsável pela virada dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

A articulação feita entre PCUS e Stálin, de modo a mobilizar a população para derrotar as tropas hitleristas, foi realizada de maneira exitosa. A figura do secretário-geral conseguiu aglutinar bastante esforços para conduzir a URSS à vitória. Claro que, evidentemente, Stálin não foi brilhante durante o conflito, mas possuiu papel fundamental de coesão entre a população e os soldados.

Apesar da vitória e o fortalecimento do socialismo, o bloco soviético teve perdas significativas, tanto humanas quanto econômicas, já que, ao contrário dos Estados Unidos, boa parte de seu território foi palco de batalhas. Estima-se que 20 milhões de soviéticos, sendo 13 milhões de civis e os demais soldados, foram mortos durante o conflito mundial. Para se ter ideia da dimensão de perdas humanas, EUA, França e Inglaterra, juntos, sofreram com a morte de 1,3 milhão de pessoas. Além das mortes, a estrutura produtiva também foi frontalmente afetada: quase metade do espaço urbano foi completamente destruído, atingindo milhares de quilômetros de ferrovias e cidades; em alguns setores, como petróleo, eletricidade, aço e tecidos, as quedas variavam entre 10% e 70% (REIS FILHO, 2003). A principal indústria, a de bens de capital, teve uma forte redução de 30%, enquanto que na indústria leve em geral foi na magnitude de 40% (NETTO, 1985).

Tabela 2.7 – Produção industrial durante a II Guerra Mundial

	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1940	165,9	18,3	31,1	48,3
1945	149,3	12,3	19,3	43,2

Nota: eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhares de toneladas.

Fonte: Netto (1985).

No entanto, apesar das grandes perdas humanas e materiais durante a Segunda Guerra Mundial, segundo Reis Filho (2003), as experiências dos três planos quinquenais, isto é, a construção e consolidação de uma economia centralmente planejada, ajudaram os soviéticos a fazerem mudanças emergenciais, como transferências de mais de 1,5 mil indústrias e 10 milhões de pessoas para áreas com menos riscos de invasão. Ademais, algumas concessões aos agricultores foram dadas, como cultivar em lotes e vender os produtos agrícolas em mercados paralelos que o governo soviético “tolerava” (REIS FILHO, 2003).

Mesmo com todo este cenário, a União Soviética saía fortalecida do conflito mundial, posicionando-se como a segunda grande potência mundial, fazendo frente aos Estados Unidos a partir de então, até o início da década de 1990.

A URSS retornaria aos planejamentos de médio prazo no ano subsequente, 1946. As estratégias poderiam ser diferentes, de modo a dar uma atenção especial aos bens de consumo duráveis, por exemplo. No entanto, como será discutido no próximo capítulo, a conjuntura da Guerra Fria “obrigou” o bloco soviético a continuar investindo maciçamente na indústria pesada, sobretudo no setor bélico. Ademais, cabe lembrar que, a partir da segunda metade do século XX, vários países passarão a se tornar socialistas, o que mudou, evidentemente, a inserção internacional soviética.

Como se visualizou, a economia soviética havia evoluído em grandes escalas, mas já apresentava alguns sinais de desequilíbrios, ainda que não muito graves. Mesmo que se fizesse um grande esforço para corrigir estes erros, será possível notar que o contexto da Guerra Fria é primordial para entender os acontecimentos e a essência da economia planificada.

2.4. Período pós-guerra: reconstrução econômica, início da Guerra Fria e a nova inserção soviética no cenário internacional

A sociedade soviética estava vivendo um momento histórico bastante adverso pois, ao final da Segunda Guerra Mundial, um grande clima de entusiasmo e orgulho nacional era latente na URSS. Ademais, o culto à personalidade de Stálin, o “guia genial dos povos”, “o pai dos povos” ou “o homem de aço” estava ainda maior, pois viam no líder a personificação do socialismo e o mesmo era um exemplo de resistência antifascista e, desta forma, a pátria socialista estava unificada. Todos esses aspectos ajudaram a mobilizar esforços da população para que as metas dos planos quinquenais fossem atingidas nos prazos estipulados.

Os novos planos quinquenais – o 4º e o 5º – implementados entre 1946 e 1953, tiveram o mesmo padrão dos anteriores: ênfase na indústria pesada, principalmente no setor bélico, e a expropriação dos excedentes agrícolas a partir do aprofundamento da coletivização das terras.

O quarto Plano Quinquenal (1946-1950), o primeiro pós-guerra, não se diferencia em quase nada, a não ser evidentemente em mudanças quantitativas das metas, dos setores que seriam priorizados: energia elétrica, petróleo, aço, carvão, armamentista e bélico, além de outros como rodovias e ferrovias. Estes setores receberam cerca de 88% dos investimentos do planejamento central, enquanto 12% foram para os bens de consumo, duráveis e não duráveis, contando com a construção civil (REIS FILHO, 2003).

Importante destacar a prioridade do governo soviético no setor bélico e armamentista: entre 1948 e 1955, os efetivos das Forças Armadas saltaram de um pouco mais de 2,8 milhões para quase 5,8 milhões de soldados; ademais, os gastos militares aumentaram em 45% entre 1950 e 1952, sendo que em 1953, as despesas militares absorviam entre 20% e 25% do orçamento estatal (REIS FILHO, 1983, 2003). Foi neste período em que a famosa KGB foi criada, fortalecendo ainda mais os órgãos repressores e de inteligência soviética.

O quinto Plano Quinquenal, aprovado no final de 1952, seria basicamente igual ao anterior, com prioridades semelhantes e montantes de investimentos alocados aos setores estratégicos da União Soviética.

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, a produção soviética continuou a crescer a ritmos consideravelmente excelentes, principalmente na indústria pesada, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 2.8 – Produção industrial entre 1940 e 1953

	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1940	165,9	18,3	31,1	48,3
1945	149,3	12,3	19,3	43,2
1950	261,1	25,4	37,9	91,2
1953	320,4	38,1	52,8	134,8

Nota: Eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas.

Fonte: Netto (1985).

Considerando todo o período, tem-se as seguintes evoluções dos setores da indústria pesada soviética: carvão cresceu mais de 93%; aço, aproximadamente 108,2%; petróleo, quase 70% de crescimento da produção; e eletricidade, o setor que mais cresceu, na magnitude de 179%. Em contrapartida, a indústria leve evoluía em escalas menores, como os dados de Reis Filho (1983) evidenciam. Considerando os mesmos anos, isto é, 1940 e 1953, o setor de tecidos de algodão cresceu 33%, sendo que os de lã elevou-se em 30% e calçados apenas 13%.

O sistema de coletivização das terras, a princípio, não seguia os mesmos ritmos da indústria pesada. Pode-se dizer, pelos dados disponíveis, que havia na verdade uma estagnação na agricultura. Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, as concessões que o Estado soviético deu aos camponeses, como vender em “mercados paralelos toleráveis”, foi abolida e a política de expropriação de excedentes foi retomada, dando continuidade à acumulação socialista.

As metas, que eram superestimadas pelos governantes e outras pessoas envolvidas nos planejamentos econômicos, também eram irrealistas no setor primário soviético.

Em 1940, a colheita ficara em 80% das previsões. Em 1948, os resultados foram inferiores a 60% do previsto. Em 1949, a colheita ficou em 56% do previsto. Entre 1950 e 1952 houve ligeiras melhorias, mas em 1953 as previsões confirmaram-se apenas em 70%. (...) em números absolutos, a colheita de 1953 fora inferior a de 1940, e apenas levemente superior a de 1913 [antes da Primeira Guerra Mundial] (REIS FILHO, 1983; p. 59).

Ademais, na pecuária, os números de bovinos, porcos e ovinos eram, no máximo, apenas 5% superiores aos níveis de 1914 (REIS FILHO, 1983). É compreensível que os números ainda não seriam tão elevados quanto o período que antecede à guerra; no entanto, percebe-se que eles são inferiores em relação à época czarista. Isto demonstra o desbalanceamento dos investimentos estatais.

Para acentuar ainda mais o quadro no campo, os agricultores privados, isto é, que não participavam nem de fazendas estatais e nem de cooperativas, ocupavam apenas 4% das terras cultiváveis e, mesmo assim, produziam mais da metade das batatas e legumes que eram consumidos pelos soviéticos (REIS FILHO, 1983).

O que ajuda a explicar o descompasso entre terras coletivas e privadas é que o Estado soviético muitas vezes comprava os excedentes das cooperativas a preços inferiores aos de custo, desestimulando a produção.

Deve-se entender essas diferenças nos números da economia soviética, como explicitados acima, a partir do momento histórico no qual a União Soviética passava. Até 1945, teve-se a Segunda Guerra Mundial e, por lógica, é razoável compreender que, naturalmente, os investimentos estatais estariam mais concentrados no setor bélico. Após o conflito, inaugurou-se o período da Guerra Fria, onde EUA e URSS disputariam nos campos da economia, do militarismo e da tecnologia, a hegemonia mundial, de maneira a ver “qual sistema é melhor: capitalismo ou socialismo”.

Importante ressaltar que, ao final da Segunda Grande Guerra, ocorreu o trágico episódio de Hiroshima e Nagasaki. No entanto, intuitivamente, pode-se interpretar as bombas nucleares norte-americanas como uma espécie de “aviso” aos soviéticos a respeito do poderio bélico dos Estados Unidos. Logo, instalar armas nucleares na União Soviética, por exemplo, seria algo elementar, estratégico e de defesa nacional:

Analistas militares chegam a considerar este período como o de maior vulnerabilidade militar da URSS em toda a sua existência. Era correr para não ser esmagada, o que a levou, então, a concentrar grandes investimentos e o melhor de seus cientistas e de seus recursos econômicos na construção de ogivas atômicas; da bomba de hidrogênio; mísseis balísticos; uma aviação estratégica com autonomia suficiente para levar as ogivas ao território inimigo; submarinos atômicos e toda infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento, testes e fabricação que isso exige (RODRIGUES, 2006; p.118).

Em 1951, criam a bomba A e, dois anos mais tarde, a bomba de hidrogênio, além de outros testes nucleares balísticos. No campo das disputas hegemônicas, este esforço era realmente necessário, já que os próprios soviéticos não queriam ser invadidos novamente, como aconteceu em 1941 pelas tropas nazistas.

Portanto, o desequilíbrio de investimentos, a partir do modelo stalinista de planejamento econômico, deve ser entendido a partir da conjuntura à época, principalmente no transcurso que antecede à Segunda Guerra Mundial e ao longo da Guerra Fria.

Por mais que houvesse elementos como a repressão no período de Josef Stálin e algumas metas estipuladas nos planos quinquenais fossem um pouco aquém da realidade objetiva da União Soviética, os fatores exógenos tiveram mais influência nas tomadas de decisões, pelo menos no imediato pós-guerra. Durante o final da Segunda Guerra Mundial e após o seu término, as potências aliadas, principalmente Estados Unidos (Roosevelt), Grã-Bretanha (Churchill) e União Soviética (Stálin), reuniram-se algumas vezes – conferências de Teerã, Yalta e Potsdam (sendo esta ao final do conflito) – para decidir as zonas de influência que cada país aliado iria exercer, além de acordos de paz entre as nações. Desta forma, a “cortina de ferro”¹ era criada no leste europeu sob influência soviética.

Portanto, a URSS neste momento não estaria mais insulada internacionalmente²; mesmo que suas relações com o ocidente fossem ainda restritas e com bastantes obstáculos, suas relações com os países orientais seriam maiores, além de que, no transcurso da Guerra Fria, a influência soviética nestes países seria gigantesca. Ademais, é de extrema importância relatar que, com o término da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente entre o final da década de 1940 e a de 1950, começa a emergir vários movimentos revolucionários socialistas em

¹A expressão “cortina de ferro” foi utilizada pela primeira vez por Churchill para se referir a nova divisão internacional, entre Ocidente (capitalista) e Oriente (socialista).

²No entanto, com a Doutrina Truman, os Estados Unidos tentaram isolar cada vez mais o “lado oriental”, limitando ainda mais suas relações com os países orientais e socialistas. Ademais, o Plano Marshall não englobava a URSS e seus aliados, isolando-os da recuperação econômica no pós-guerra.

diversos países, com forte influência soviética, como Albânia, Alemanha, China, Coreia, Cuba, Iugoslávia, Hungria, Polônia, entre outros.

O boicote ocidental frente aos soviéticos poderia ser “suavizado” com o estreitamento das relações com essas nações. Contudo, precisa-se fazer ponderações necessárias. Rodrigues (2006) aponta que boa parte do crescimento econômico da URSS na década de 1950 veio fundamentalmente das importações em massa de tecnologias ocidentais nos vinte anos anteriores. Intuitivamente, os países socialistas que emergiam ou que estavam de alguma forma sob influência política, econômica e militar da União Soviética, não possuíam o mesmo poderio tecnológico de boa parte dos países capitalistas centrais. Logo, “(...) a URSS teria que se virar sozinha tanto para o desenvolvimento da tecnologia de defesa quanto para a renovação de sua economia como um todo, o que sem dúvida implicaria em imensas despesas.” (RODRIGUES, 2006; p.119).

No dia 5 de março de 1953, o líder Josef Stálin morre, onde houve uma grande comoção nacional, devido ao culto à personalidade. Apesar deste momento dramático, o transcurso das transformações internacionais e seus impactos na União Soviética serão importantes para compreender a sua dissolução no início da década de 1990.

CAPÍTULO 3 – AS TRANSFORMAÇÕES DO SOCIALISMO SOVIÉTICO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA E SUA DISSOLUÇÃO

3.1. Período Krushev: “desestalinização”, reformas econômicas e a política externa de “coexistência pacífica”

Durante os anos de 1953 a 1964, Nikita Krushev fica à frente do comando do bloco soviético. Grosso modo, foi um período bastante controverso em algumas áreas, e certos acontecimentos impactaram significativamente a URSS ao longo de sua existência.

O novo líder atuou em três grandes campos durante o seu governo, promovendo – ou pelo menos tentando – mudanças estruturais significativas: na parte política, teve-se o processo da “desestalinização”; na área econômica, tentou-se a desburocratização, com o intuito de encontrar um equilíbrio entre indústria pesada e leve e dar maior autonomia para as repúblicas; na política externa, lampejos diplomáticos com países capitalistas.

3.1.1 A questão política

Em relação à esfera política, diminuiu-se as extradições de dirigentes e outras pessoas para prisões por motivos diversos, como a anistia para presos com penas menores que cinco anos e o esvaziamento dos campos de concentração de trabalho forçado (*gulags*). Ademais, o próprio PCUS ganhava novamente poderes de forma gradual, haja vista de que a cúpula, liderada por Stálin, é quem de fato comandava. No intuito de diminuir a burocracia gerada no período anterior, a máquina partidária foi reduzida de 3500 comitês distritais para 1500 (REIS FILHO, 1983; 2003).

Foi durante o período Krushev que ocorreu um evento de impacto gigantesco para todo o movimento comunista internacional. Em 1956, durante o XX Congresso do PCUS, onde o partido discutiu temas econômicos e políticos, teve-se o “discurso secreto”, realizado pelo próprio líder. Nele, Krushev fez duras críticas ao culto à personalidade de Stálin e, sobretudo, denunciou – mesmo que de forma não muito explícita – os crimes cometidos durante o período stalinista, atribuindo-os quase que exclusivamente a Stálin.

Tal discurso foi um verdadeiro golpe, pois grande parte dos partidos comunistas eram ligados e influenciados por Moscou. E, evidentemente, no início dos anos de 1950, dada a

proximidade ao final da Segunda Guerra Mundial, Stálin ainda era visto não apenas como herói, mas também como a personificação do socialismo. Portanto, o processo de “desestalinização” foi uma grande marca deste período. Esse evento ajudou a contribuir para que países socialistas que emergiam no pós-guerra, como a China, rompessem relações com a União Soviética, como se verá mais adiante.

3.1.2 A economia soviética

No campo econômico, a desburocratização foi algo elementar para que reformas de planejamento fossem concretizadas e, evidentemente, este processo estava intimamente ligado à “desestalinização”: “O outro aspecto de desenvolvimento soviético [...] foi a enorme e exagerada burocratização que um governo de comando centralizado engendrou, [...]” (HOBSBAWM, 1994; p. 298).

O Partido Comunista, em cada região das repúblicas soviéticas, passou a ser dividido em duas secretarias: uma relacionada à indústria e a outra à agricultura. Não obstante, as próprias repúblicas ganham mais autonomia no que tange às políticas econômicas, desconcentrando o poder que antes era quase que exclusivo de Moscou. No mesmo sentido, o governo soviético criou 105 Conselhos Nacionais de Economia (*sovnarkhozes*), distribuídos entre as repúblicas³ e que chegaram a controlar 75% da produção industrial soviética, explicitando ainda mais a tendência descentralizadora de Krushev (REIS FILHO, 1983).

Deste modo, mesmo não excluindo a relevância do planejamento central, as repúblicas poderiam gozar de mais liberdade no tocante à produção e formulação de planos econômicos, tanto nas fábricas quanto nas áreas agrícolas.

O grande desequilíbrio que estava se consolidando no campo econômico era a relativa estagnação da agricultura e do setor de bens de consumo duráveis, se comparados com a indústria pesada. Nesse sentido, mudanças foram feitas para consertar essas relevantes limitações soviéticas.

Na agricultura, o governo elevou os preços dos produtos e diminuiu os tributos, além de conceder antecipações salariais aos camponeses, no intuito de reestimular a produção nas cooperativas (REIS FILHO, 1983). Isto se fazia necessário na medida em que os preços de

³ No entanto, dos 105 Conselhos, 94 estavam concentrados em quatro repúblicas: Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e Uzbequistão. As demais repúblicas tinham 1 Conselho cada. (REIS FILHO, 1983).

venda estabelecidos pelo Estado por muitas vezes não supriam os custos de produção o que, inevitavelmente, diminuía o que era produzido.

Não somente era importante reestimular os assalariados agrícolas das cooperativas, como também promover políticas de modernização (máquinas, tratores e fertilizantes, por exemplo) e ampliação do setor primário, já que este possuía dificuldades e limitações importantes para evoluir.

Para isso, a busca de produção agrícola em terras virgens, especialmente no Cazaquistão, foi um dos principais focos do governo Krushev, enviando milhares de camponeses, técnicos, além de máquinas e tratores à região, de modo a promover as mudanças referidas. Estima-se que, entre 1954 e 1960, 25,5 milhões de hectares nesta república estavam recebendo operações de produção (INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS, 1964).

No entanto, o setor primário não crescia na mesma velocidade do que a indústria pesada. Em termos de quantidade produzida, a produção de bovinos foi de 155, de porcos de 152, de ovinos de 132 e de cereais de 146 (base 1953=100) (REIS FILHO, 1983). Ademais, a exploração de terras virgens não estava gerando resultados convincentes por conta das elevadas dificuldades, como a queda da produtividade agrícola e o mau uso da mecanização no campo (HOBSBAWM, 1994).

Tabela 3.1 – Cultivo de cereais na República Soviética do Cazaquistão

	1956	1958	1960	1961
Área de cultivo	22.500.000	23.200.000	22.100.000	22.200.000
Produção total de cereais	23.800.000	22.000.000	18.800.000	14.600.000
Compras de cereais pelo Estado	16.100.000	14.800.000	10.500.000	7.800.000
Produção	1060	940	850	660

Nota: Área de cultivo em hectares; produção de cereais e compra de cereais pelo Estado em toneladas; produção em quilogramas por hectare.

Fonte: Instituto para o estudo da URSS (1964).

Além dos elementos citados acima, tanto Reis Filho (1983, 2003) quanto o Instituto para o estudo da URSS (1964) argumentam que as consequências da exploração de terras virgens no Cazaquistão também foram causadas pela má gestão estatal – muito provavelmente pela nova formação em cada república de duas secretarias, indústria e agricultura, que pode ter acarretado em confusões no que se refere ao novo tipo de planejamento econômico descentralizado – e fatores exógenos, tais como desastres naturais, frio rigoroso e chuva.

A partir dos dados, ficam explícitos os obstáculos soviéticos no tocante à alavancagem do setor primário. A produção de cereais em 1961 correspondia a somente 61,3% de 1956, assim como a produção de quilogramas por hectares, representando cerca de 62%. Dessa forma, a saída da União Soviética era de buscar alimentos fora do bloco, cujos resultados foram que “(...) o país passou de exportador para importador, nos anos 1960.” (FRANCISCON, 2013; p.32) e “no início da década de 1970 em diante, dependeu, às vezes até em um quarto de suas necessidades, do mercado mundial de grãos.” (HOBSBAWM, 1994; p. 297).

Mesmo com a elevação dos preços dos produtos agrícolas, ainda assim o Estado soviético não conseguia superar o desestímulo dos assalariados das fazendas cooperativas e estatais, porque as vendas compulsórias dos produtos agrícolas ainda eram entraves primordiais ao desenvolvimento da agricultura soviética no sistema de fazendas implementado a partir da coletivização forçada. O custo de produção médio de 100 quilos de carne de gado era de 91,6 rublos, e o preço de venda médio ao Estado era de 59,1 rublos (isto é, cerca de 35 e 36% menor). Para se produzir 100 quilos aves, custavam às cooperativas 140,5 rublos, mas vendiam a 82,2 rublos ao Estado, cerca de 42% a menos do valor de produção (INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS, 1964) Ou seja, a alta nos preços de compra pelo Estado soviético ainda era insuficiente.

No que tange ao conjunto da indústria, isto é, a pesada e a de bens de consumo duráveis, tinha-se a preocupação com a segunda, já que a primeira evoluía a passos largos, muito por conta do estopim da Guerra Fria e, inevitavelmente, causada pelo conflito ideológico entre União Soviética e Estados Unidos.

Mesmo com esta conjuntura histórica e a necessidade de alavancar a produção de bens de consumo, como eletrodomésticos, prevaleceu as prioridades soviéticas de vencer cada vez mais os Estados Unidos, e isto fica evidente na famosa “corrida espacial”, travada pelos dois. Além de outras conquistas, talvez as mais relevantes sejam que a União Soviética foi a primeira nação a colocar um satélite artificial no espaço – Sputnik 1; ademais, também foi pioneira a colocar em órbita o primeiro ser vivo – a cadela Laika -, além do primeiro homem e mulher – Yuri Gagarin e Valentina Tereshkova.

A continuidade do descompasso entre os setores econômicos soviéticos fica mais explícita se se analisa os números brutos de produção da indústria pesada e os compara com a agricultura, citados em parágrafos anteriores. Tomando o ano de 1953 como base e igual a 100,

tem-se que o aço estava em 223, carvão 173, e petróleo e energia elétrica iguais a, respectivamente, 442 e 342 (REIS FILHO, 1983).

Este problema econômico estrutural da União Soviética, além da interferência exógena da Guerra Fria, também foi causado pelo Estado, principalmente no que se refere ao próprio planejamento econômico construído ao longo da existência do bloco soviético. Além das tentativas de mudanças, como a desburocratização do aparelho público, havia incertezas e mudanças constantes das metas impostas, por conta da falta de conhecimento da realidade objetiva dos setores econômicos e suas necessidades.

Para se ter uma ideia da confusão de elaboração de planejamento, o sexto Plano Quinquenal, que deveria ser realizado entre 1956 e 1960, acabou sendo abortado por planos econômicos anuais até o ano de 1958, sendo que, logo em 1959, optou-se por um planejamento que percorreria sete anos ao invés dos tradicionais cinco. A justificativa dada pelo Comitê Central do PCUS foi de que as metas estipuladas eram impossíveis de serem atingidas. No entanto, após 3 anos, a URSS retornava ao modelo clássico de planejamento. Ademais, o caráter descentralizador não estava funcionando no transcurso dos anos; até 1963, os Conselhos Nacionais de Economia foram reduzidos para 47 – mais de 50% - diminuindo a autonomia das províncias, regiões e a autogestão das fábricas (REIS FILHO, 1983).

Não obstante, no XXII Congresso do PCUS, foi-se estabelecido uma espécie de plano de longo prazo à indústria, entre 1961 e 1980, onde a União Soviética deveria basicamente ultrapassar os Estados Unidos na produção de alguns setores estratégicos.

Tabela 3.2 – Planejamento de longo prazo para a indústria

	Aço	Energia elétrica	Petróleo
1960	65,3	292.000	148
1980	250	3.000.000	720
Variação estimada	282,85%	927,4%	386,48%

Nota: Aço e petróleo em milhões de toneladas; energia em milhões de quilowatts-horas.

Fonte: Instituto para o estudo da URSS (1964).

Não se tinha uma clareza definida no período Krushev de qual planejamento efetivamente iria ser executado e como seria realizá-lo. Uma das possíveis explicações para as confusões descritas acima é de que possivelmente havia uma grande resistência dentro do partido no que se refere ao reformismo proposto pelo líder. A cúpula stalinista dentro do PCUS era resistente às mudanças propostas por Krushev. A maior abertura concedida para desvendar

crimes cometidos no passado, por exemplo, não os agradava, o que fez que, em 1957, ocorresse uma tentativa de golpe para derrubar Nikita do poder, o que acabou não ocorrendo.

Os planos quinquenais detinham uma grave falha: eram de caráter extensivo. A partir do momento em que se impõe metas a serem atingidas pelas fábricas e estas não possuem uma relativa autonomia para coordenar sua produção, acabam pecando na qualidade para que exclusivamente cumpram os números estipulados por órgãos superiores de planificação econômica. Os próprios veículos de comunicação do Estado e do PCUS, como o jornal *Pravda*, reconheciam que muitos bens de consumo eram obsoletos se comparados com os do Ocidente (INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS, 1964; REIS FILHO, 1983).

E uma saída da população soviética para acessar grande parte dos bens de consumo de melhor qualidade era no “mercado paralelo”, ou seja, que ficava fora do alcance de fiscalização governamental. Esta prática foi bastante recorrente entre as décadas de 1940 e 1970, com grande movimentação ao final dos anos de 1960 (HOBSBAWM, 1994).

Com a derrubada de Krushev e a ascensão de Brejnev ao poder, o modelo econômico seguiria, basicamente, a mesma prioridade: indústria pesada. As mudanças mais drásticas iriam surgir somente nos anos de 1980. Porém, cabe no momento explicar brevemente como foi a política externa de Nikita Krushev, algo que possui bastante relevância e extremamente importante para compreender o período em questão.

3.1.3 Coexistência pacífica e as relações internacionais no Governo Krushev

Nas relações internacionais do governo Nikita Krushev, teve-se a adoção da “doutrina de coexistência pacífica” que, evidentemente, contrastava com o que era praticado anteriormente. Para isso, uma rápida explicação deve ser feita para entender o contexto em que entrou em vigência.

Da Silva (2014) aponta que, na era Stálin, o antigo líder soviético possuía a argumentação de que uma guerra entre países capitalistas e socialistas era inevitável – pois o imperialismo impediria, de alguma forma, o desenvolvimento socialista nos países – além do fato de que conflitos entre as próprias nações capitalistas era iminente. Todavia, a partir da década de 1950, quando Nikita Krushev estava à frente da URSS, o mesmo admitia que os dois sistemas poderiam operar conjuntamente, sem que houvesse necessariamente guerras entre

ambos. Ademais, partindo deste princípio, Krushev ainda apostava na retomada de relações diplomáticas com os Estados Unidos⁴.

Mesmo com a nova doutrina diplomática internacional, foi sob o governo Krushev que o mundo ficou atento a um episódio em particular: a famosa Crise dos Mísseis em Cuba, em outubro de 1962. A instalação de mísseis soviéticos em Cuba ocorreu como retaliação ao governo estadunidense que, em 1961, havia instalado mísseis na Turquia, território próximo da antiga União Soviética. Além disso, no mesmo ano, ocorreu a fracassada invasão na Baía dos Porcos feita por contrarrevolucionários cubanos, com apoio dos EUA, para derrubar a Revolução Cubana que, também em 1961, se declarou socialista. Ademais, a própria estratégia do governo soviético era de que dever-se-ia focar em defesa de mísseis e cortar gastos com militares efetivos pois, no longo prazo, iria trazer à União Soviética retornos maiores por conta da defesa da soberania nacional (DA SILVA, 2014).

Há de se destacar, também, a assinatura do Pacto de Varsóvia em 1955, basicamente em resposta à construção da OTAN pelos países ocidentais e capitalistas. Este pacto consistia em uma grande aliança militar do “bloco do leste”, composto basicamente por países socialistas emergentes e a URSS, onde os soviéticos poderiam exercer cada vez mais influência militar em suas zonas de interferência e dar suporte a seus aliados em casos de confrontos armados.

No período da coexistência pacífica, insurreições populares na Polônia e Hungria – áreas de influência soviética – culminaram para que a imagem da URSS fosse cada vez mais desgastada, já que a repressão frente a estas manifestações foi violenta. Como se não bastasse, alguns países socialistas, como Albânia e China, criticavam veementemente o governo Krushev, dizendo que este era demasiadamente conciliador com as nações capitalistas e até mesmo com o imperialismo estadunidense.

Desta forma, apesar de alguns avanços, como na corrida espacial, o saldo negativo da política externa soviética, especialmente neste período entre a segunda metade da década de 1950 e primeira da de 1960, foi também relevante, como explícito nas revoltas polonesas e húngaras, – que de alguma forma estavam inseridas na órbita de influência soviética – além da Crise dos Mísseis.

Em suma, o controverso governo de Nikita Krushev teve estes desencadeamentos, como tentativas de reformas políticas dentro do partido, da economia e uma nova postura de

⁴Este fato pode ser visualizado quando o líder soviético visitou os Estados Unidos em setembro de 1959.

diplomacia internacional. No entanto, a ala ortodoxa que emergiu no governo de seu antecessor impediu que mudanças radicais fossem efetivadas. “Toda tentativa de tornar a administração mais flexível e eficiente simplesmente a inchava e tornava mais indispensável. [referindo-se à burocracia excessiva]” (HOBSBAWM, 1994; p. 298).

Evidentemente, as causas não podem se restringir a este único elemento e deve ser repartida com a conjuntura da Guerra Fria à época que, nitidamente, engessava o planejamento econômico, cujo maciço volume de investimentos estatais eram alocados para a indústria pesada. Além do mais, erros de quem coordenava a planificação econômica têm que ser contabilizados, haja vista de que a má gestão do período, com alternâncias de planos em curtos espaços de tempo, impedia avanços maiores na economia soviética.

Após o golpe que Krushev sofre em 1964, Brejnev assume o poder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o que se sucedeu neste período histórico, que vai até meados da década de 1980, será discorrido a seguir.

3.2. Período Brejnev

O período em que Leonid Brejnev esteve à frente da União Soviética foi de relativa complexibilidade, tanto na área econômica quanto na política. Nesse sentido, é possível afirmar que, apesar de alguns avanços da URSS, em contrapartida, os limites e as contradições econômicas ficavam cada vez mais latentes e perceptíveis.

Ao contrário do que foi praticado em grande parte no período Krushev, a política externa do novo líder soviético era mais agressiva e influente, sendo chamada de “doutrina Brejnev” ou até mesmo de “doutrina da soberania limitada”, como Reis Filho (2003) a denomina. Dessa maneira, Brejnev recolocou os países socialistas e demais aliados próximos da União Soviética sob sua influência, limitando assim possíveis mudanças radicais nessas nações, como na contenção da Primavera de Praga em 1968 na antiga Tchecoslováquia, e na interferência durante a Revolução Iraniana de 1979.

Em linhas gerais, o exército soviético reprimiu violentamente as grandes manifestações que demonstravam descontentamento com o regime vigente na Tchecoslováquia, que tinha de alguma forma influência do Kremlin. A guerra civil que se desencadeou no Irã, no entanto, se difere no sentido de que o país não era genuinamente socialista e tinha boas relações tanto com os EUA quanto com a URSS. Os interesses soviéticos no território eram, grosso modo, manter

os investimentos que realizava no Irã e, sem dúvida alguma, obter forte influência no Oriente Médio (RIEGER, 2015).

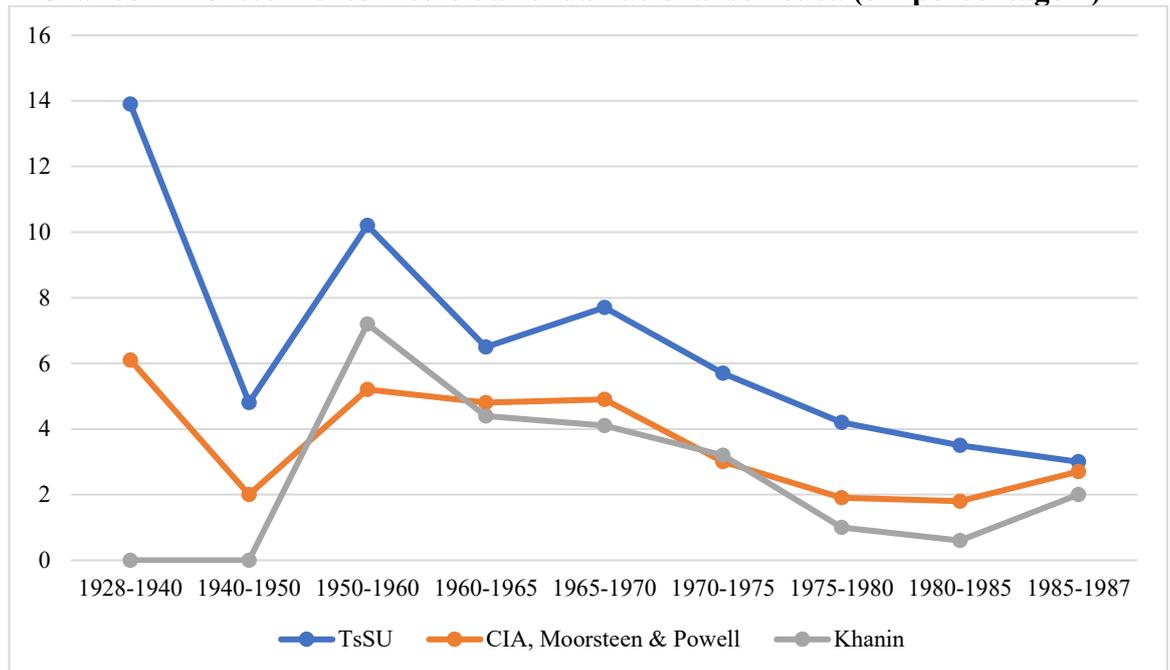
A forte ingerência do regime soviético foi mais presente durante as décadas de 1960 e 1970, onde diversos países latino-americanos, asiáticos e africanos – como Nicarágua, Vietnã e Etiópia, respectivamente – estavam passando por processos de libertação nacional e, para se oporem à dependência dos países capitalistas centrais, adotavam medidas econômicas centralizadoras, próximas e alinhadas com as de Moscou e, inevitavelmente, estavam sob sua órbita e influência. Contudo, a maior agressividade da União Soviética em sua geopolítica não foi integralmente presente. Arranjos diplomáticos importantes, como os SALT 1 e SALT 2⁵, “atestavam o papel de superpotência [e] conferiam à URSS grande poder de dissuasão e segurança contra a ameaça externa.” (RODRIGUES, 2006: 152-153).

Analisando-se o transcurso de todos esses acontecimentos, após a corrida espacial e os grandes avanços diplomáticos, bélicos e nucleares, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, a União Soviética alcança um patamar bastante respeitável e considerável mundialmente. No entanto, as limitações econômicas, que se fortaleciam à medida em que a Guerra Fria se estendia ao longo dos anos, colocavam em dúvida o verdadeiro limite da União Soviética no que se refere ao seu desenvolvimento e sua real capacidade de se manter como superpotência e grande influenciadora de outras nações.

Desde o período Stálin, havia um grande descompasso entre a indústria pesada e agricultura, além do baixo progresso da indústria leve, principalmente na produção de bens de consumo. Ademais, a demanda por serviços não estava sendo atendida adequadamente pelo planejamento econômico em vigor. Em suma, estes gargalos resultaram na diminuição do crescimento econômico soviético, agudamente presente no pós-guerra, o que é conhecido na literatura, como em Reis Filho (2003), Rodrigues (2006) e Mikhailova (2011) apontam, como a “era da estagnação”.

Para elucidar de maneira mais ilustrativa a situação econômica da União Soviética, o gráfico abaixo explicita melhor a nítida queda de crescimento.

⁵ Eram acordos de limitação nuclear entre URSS e Estados Unidos. Mesmo que no governo Brejnev este tenha dado ênfase maior ao armamento convencional se comparado ao nuclear (DA SILVA, 2014), a União Soviética na década de 1970 alcança a paridade nuclear em relação ao rival estado-unidense (RODRIGUES, 2006).

Gráfico 1 – Crescimento médio da renda nacional soviética (em porcentagem)

Nota: Para Khanin, os períodos 1928-1940 e 1940-1950 são referentes a 1928-1941 e 1941-1950, respectivamente.

Fontes: Harrison (1993).

A TsSU – Administração Estatística Central – era o principal órgão estatal de elaboração de dados da União Soviética. O que se pode visualizar no gráfico é que seu conjunto de dados eram os mais otimistas se comparado com os demais (CIA, Moorsteen & Powell e Khanin). No entanto, como Reis Filho (2003) e Rodrigues (2006) apontam, o governo soviético fraudava alguns de seus dados macroeconômicos, como as taxas de crescimento econômico e de inflação, melhorando-os para utilizá-los como instrumentos de propaganda governamental. Os demais dados citados no trabalho de Harrison (1993) eram levantados por pesquisadores ocidentais que estudavam o bloco soviético, além da própria CIA, que tentava monitorar de perto o principal rival dos Estados Unidos à época.

Se se considera que o governo Brejnev, a partir dos dados, – levando em conta que o mesmo assume ao final de 1964 e morre no poder em 1982 – vai do período 1965-1970 ao 1975-1980, tem-se uma nítida queda da dinâmica econômica, até mesmo quando verificada a partir dos dados oficiais – 7,7%, 5,7% e 4,2%, respectivamente. É de suma importância ressaltar que a desaceleração se inicia ainda no governo Krushev, por motivos como o caráter extensivo do planejamento e a conjuntura geopolítica à época. No entanto, há outras causas que contribuíram para a estagnação econômica.

O ritmo da taxa de investimento, por exemplo, seguia pari-passo ao do crescimento econômico, para o mesmo período: 7,3%, 6,7% e 3,7% (MIKHAILOVA, 2011). Logo, os incrementos adicionais da principal fonte de riqueza da União Soviética, o Estado, estavam sendo cada vez menores ao longo do período Brejnev. No entanto, não era somente a URSS que estava passando por momentos de dificuldades de crescimento econômico. Até mesmo os países capitalistas centrais e periféricos estavam enfrentando momentos de desaceleração e de falência do modelo do Estado de bem-estar social, logo após os anos dourados, que se iniciaram no pós-guerra.

Durante a década de 1970, houve dois choques no preço do barril de petróleo (1973 e 1979), que se elevou de forma abrupta nesses momentos. De imediato, esses choques exógenos foram benéficos para a URSS, que era uma das maiores produtoras petrolíferas do mundo. Mas, ao mesmo tempo, também geraram maior dependência do bloco soviético frente ao ocidente.

Para a URSS, de uma hora para outra, as exportações de petróleo de antigas e novas jazidas descobertas ajudavam a carrear facilmente bilhões de dólares para dentro do país. Isso fez crescer sua integração econômica e comercial com o Ocidente, mas também sua dependência e exposição às ondas da tecnologia e de mercadorias baratas do mercado mundial. Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as economias capitalistas centrais subiram de menos de 19% para 32% [...] (RODRIGUES, 2006; p. 155 e 156).

A maior entrada de divisas, em decorrência dos choques, permitiu que, além do maior volume de importações, principalmente de cereais e bens de consumo, o padrão material dos soviéticos se elevasse.

Apesar das taxas declinantes de crescimento econômico, o final da década de 1970 e início da de 1980 foi o período em que os soviéticos usufruíram o padrão de vida mais alto de sua história. O segredo desse paradoxo foi a crise do petróleo da década de 1970, em que o preço dessa mercadoria foi ao espaço (mais exatamente quadruplicou). A URSS era riquíssima em petróleo e um dos maiores produtores mundiais desta e de outras matérias-primas cujos preços subiram. Outro fator foi que a exportação de armas da URSS, que antes era feita a preços baixos ou subsidiados a movimentos de liberação do Terceiro Mundo ou a países amigos, a partir dos anos 1970 passou a ser feito em dólares e a preços de mercado principalmente para os países árabes novos-ricos (SEGRILLO, 2012; p. 236).

A aparente melhora no consumo das famílias soviéticas, – provenientes da elevação na entrada de dólares, possibilitando importar aquilo que a URSS não produzia – ocultava os limites do próprio modelo econômico em vigência. A influência internacional da União

Soviética na geopolítica, já que era uma das maiores exportadoras de petróleo e armas no período e, inevitavelmente, detendo uma grande presença mundial, permitiu que um possível colapso da economia não fosse precocemente antecipado.

Ocorre que, após o segundo choque, grande parte dos países, como o Brasil, procuraram outras alternativas energéticas mais baratas, como o etanol, na tentativa de diminuir a dependência petroleira. Atrelado a essa mudança no cenário internacional, a União Soviética, ao longo da década de 1980, estagnou a sua produção petroleira em um primeiro momento, a qual passa a sofrer quedas graduais mais ao final do período (RIEGER, 2015). Além do preço do barril começar a cair logo no início da década, com a dificuldade de se elevar a produtividade, o aumento dos custos de produção, a perda de demanda e o esgotamento de seu modelo econômico, com ausência de tentativas de se variar as fontes de riqueza do bloco soviético – e, conseqüentemente, com o aumento da sua dependência com o petróleo -, a União Soviética começou a ser extremamente questionada no tocante a sua capacidade de ser uma potência mundial, apesar de sua influência e de sua capacidade de realizar um enfrentamento direto com os Estados Unidos.

Todo esse conjunto de acontecimentos, ao longo do período Brejnev, acarretaram em dois problemas fundamentais para a URSS: a reprimarização da pauta exportadora e a perda gradual de mercados com os próprios países socialistas.

A questão da reprimarização está centrada na análise dos produtos soviéticos, que estavam defasados frente aos ocidentais, o que fez com que a URSS passasse a importar bens de consumo em maior quantidade. Dessa maneira, restou ao bloco a alternativa da exportação de *commodities*, como justamente petróleo e gás natural, devido a alta de seus preços. Sendo assim, a participação das *commodities* na pauta de exportação da União Soviética para os países ocidentais, na década de 1980, chegou a 90%⁶. Apesar da União Soviética estar exportando uma quantidade expressiva de petróleo e derivados, sendo a partir de 1976 a maior produtora de petróleo do mundo, havia custos relevantes neste processo. Mais de 80% das grandes reservas estavam no Extremo Oriente e Sibéria, enquanto 70% da população se concentrava na região europeia da URSS. Logo, para deslocar máquinas obsoletas, equipamentos e trabalhadores⁷, além de construir condições mínimas de sobrevivência, requeria recursos

⁶ “Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia (isto é, petróleo e gás).” (HOBBSAWM, 1994; p. 456 e 157).

⁷ Reis Filho (2003) aponta que, na década de 1980, cerca de 40% da população urbana economicamente ativa possuía ou o segundo grau completo ou o ensino superior completo. Dessa forma, com uma quantidade

expressivos para se investir (RODRIGUES, 2006), em um período no qual as taxas de crescimento estavam caindo, tal como as de investimento.

Em relação ao segundo item, os países socialistas que emergiram logo após a Segunda Guerra Mundial estavam também interagindo cada vez mais com os capitalistas. Como a dinâmica mundial estava ficando cada vez mais globalizada, a tomada de empréstimos em dólares, para se ter acesso a produtos que a União Soviética não produzia ou que eram de melhor qualidade, era gradativamente maior. Não obstante, com o choque dos juros em 1980, nações socialistas como Polônia e Hungria, além dos países do Terceiro Mundo que tinham relações com os soviéticos, se endividaram frente ao ocidente, dificultando ainda mais suas interações com a URSS, que fornecia a elas produtos de maior valor agregado, como maquinários e armamentos (*ibidem*, 2006; p. 156).

Vale lembrar que, especialmente no governo Brejnev e com as relações internacionais mais tensas no contexto de Guerra Fria, a União Soviética passou a sofrer um boicote econômico mais severo, por pressão dos Estados Unidos, principalmente no que se refere ao acesso às divisas internacionais que eram provenientes do petróleo e gás natural.

O bloqueio ao acesso soviético às moedas internacionais e, essencialmente, ao dólar constituía parte importante da estratégia dos Estados Unidos, o que incluía necessariamente um grande engajamento na política do petróleo, na medida em que os soviéticos eram grandes produtores (MEDEIROS, 2011, p. 20).

Um outro problema que surgiu neste período com maior relevância foi o da escassez de certos produtos soviéticos nas prateleiras das diversas lojas. Neste aspecto, é preciso detalhar um fato importante que ajuda a compreender esse empecilho econômico. A falta desses bens, principalmente os de consumo duráveis e não duráveis, não era em decorrência da carência de oferta das empresas soviéticas. Aliás, a URSS produzia, em 1987, por exemplo, mais pares de sapatos do que os EUA (AGANBEGUIAN, 1988). Porém, como já mencionado, esses bens eram de qualidade inferior e sofriam com a competitividade estrangeira, criando uma quantidade maciça de estoques e, conseqüentemente, gerando desperdícios de recursos. Logo, o problema está centrado no modelo extensivo que era utilizado na União Soviética, onde as

significativa de trabalhadores qualificados (quase 32 milhões), estes passaram a exigir remunerações mais elevadas, sendo também uma das explicações lógicas na alta dos custos de produção.

empresas não prezavam pela qualidade dos produtos, mas sim atingir as metas estipuladas nos planos quinquenais que eram mensuradas a partir da produção total.

Deste modo, reformas econômicas de caráter liberalizantes foram tentadas para superar os entraves existentes que, cada vez mais, se desenvolviam. A primeira que se tentou foi em 1965, cujos principais objetivos eram:

1. ampliação da autonomia e iniciativa das empresas, tanto na elaboração dos planos, quanto na sua execução;
2. introdução da autonomia financeira integral das empresas e ampliação dos seus direitos nesta base;
3. reforço e ampliação dos contratos econômicos entre as empresas;
4. estabelecimento do lucro como critério central para determinar a eficiência empresarial (tornando-se, portanto, o principal objetivo da produção das empresas) junto com o reforço de outras 'alavancas econômicas' como o preço, o crédito, os salários, os prêmios, os pagamentos-rendas, etc.;
5. reforço e ampliação dos poderes dos diretores de empresa (inclusive na determinação de cortes de mão de obra visando o aumento da eficiência econômica), com diminuição do número e volume de índices determinados pelas 'instâncias superiores'. (FRANCISCON, 2013, p. 17-18)

O que diferencia esta mudança em relação a realizada no governo anterior é que, nesta, o nível de liberdade econômica está no âmbito microeconômico, ou seja, no nível da empresa, para que esta gerisse seus recursos com maior autonomia. Com Nikita Krushev, a maior liberdade era no âmbito regional, isto é, no tocante às políticas macroeconômicas.

Além do ser a principal ferramenta para elencar a eficiência, teve-se a troca do repasse de porcentagens dos lucros para instâncias estatais superiores, por um imposto sobre capital fixo – máquinas e equipamentos. Essa reforma, portanto, ajudou a elevar o número de recursos próprios em relação ao total das empresas para suas tomadas de decisões que, antes, eram na magnitude de 20% e, em 1970, foram cerca de 35% (MIKHAILOVA, 2011).

Segundo Franciscon (2013), a reforma de 1965 acarretou em dois problemas. O primeiro está centrado na formação de uma rede de corrupção das empresas. Como elas gozavam, naquele momento, de maior liberdade para gerir a produção, o sistema de fiscalização de órgãos superiores não conseguia monitorar com rigor, resultando em desvios de insumos e produtos finais para o mercado paralelo, que crescia àquela altura, de maneira a gerar maiores retornos. O outro empecilho estava localizado nas empresas, que não revertiam grande parte de seus

lucros em novos investimentos, – cerca de 20% – sendo ainda muito dependentes do sistema bancário estatal soviético.

Logo, foi apresentado ao final da década de 1970, mais especificamente em 1979, uma última tentativa de reforma sob o governo de Brejnev, de maneira a superar a nítida desaceleração econômica. Nesse sentido, os incentivos materiais por recompensa, em função do cumprimento de metas dos planos elaborados, deveriam ser concedidos a partir de indicadores, como o montante de bens produzidos que foram vendidos, e não o total (SEGRILLO, 2012). Nesse sentido, haveria uma reformulação interna das fábricas na gestão da produção para que os benefícios fossem resgatados e, dessa forma, estimulá-las-ia a sempre inovarem, já que as formações de estoques não seriam contabilizadas nas metas estipuladas pelo plano quinquenal. No entanto, todas essas mudanças de planejamento econômico deveriam ser realizadas no âmbito dos conglomerados industriais, já que alguns trustes detinham o monopólio da produção de certas mercadorias, além do fato de que a reforma anterior havia se esgotado (FRANCISCON, 2013; MIKHAILOVA, 2011). Mesmo assim, esta não obteve êxito, por ter enfrentado uma grande resistência interna do PCUS.

Evidentemente, o engessamento e o caráter hierárquico da rede de planejamento econômico eram problemas latentes na União Soviética, que vieram a formar desequilíbrios estruturais em todo o sistema. Todavia, as tentativas de reformulações liberalizantes nos governos Krushev e Brejnev não conseguiam superar as limitações e tampouco elevar as taxas de crescimento, – tendência de queda no Gráfico 1 – colocando o bloco soviético em uma situação de esgotamento de seu modelo econômico e, inevitavelmente, de formulação de planos.

A população soviética se sentia desmotivada, e todo aquele orgulho passado no imediato pós-guerra estava praticamente se esgotando. Toda a excessiva centralidade e burocracia partidária, que estipulava metas inalcançáveis, exigia um grande esforço para cumpri-las (RODRIGUES, 2006). Utilizando exemplos concretos, no décimo Plano Quinquenal, que foi realizado entre 1981 e 1985, somente a produção de gás natural conseguiu superar os números programados ao período (REIS FILHO, 2003).

Ademais, mesmo com a mudança de paradigma decorrente da crise do Estado de bem-estar social no ocidente e ascensão da doutrina neoliberal, o mundo capitalista vivia sua terceira Revolução Industrial, o que aumentava ainda mais o desejo dos soviéticos de acessar o padrão de consumo dos rivais.

Leonid Brejnev morreu no ano de 1982, em um momento de decadência econômica da União Soviética e de ampla necessidade de reformas corretas para superar os problemas estruturais que foram gerados ao longo da existência deste modelo. Até o ano de 1985, a URSS teve dois homens à frente de seu comando – Yuri Andropov (1982-1984) e Konstantin Chernenko (1984-1985). Como foram períodos muito curtos de funções executivas, não serão tratados nessa pesquisa já que, evidentemente, não houve tempo para realizar grandes transformações enquanto chefes de Estado.

Em 1985, Mikhail Gorbachev assume o comando da União Soviética até a sua dissolução, em 1991. O seu governo é um dos mais lembrados, por ser o mais recente e, evidentemente, foi nele em que se promoveu as mudanças mais radicais para tentar preencher as grandes lacunas que haviam sido desenvolvidas, tanto no âmbito político quanto no econômico.

3.3. Período Gorbachev: *Perestroika*, *Glasnot* e a dissolução da União Soviética

O período que compreende os anos de 1985 a 1991 foi crucial para entender de maneira mais contundente a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sob o governo de Mikhail Gorbachev, o agravamento de crises generalizadas nas esferas política, econômica e internacional ajudou a concretizar uma complexa realidade dentro do bloco soviético. Tentativas de mudanças mais radicais não conseguiram superar o quadro caótico que se instalou na segunda metade da década de 1980.

Não se pode entender, evidentemente, as crises soviéticas isoladamente, nem tampouco restritas ao socialismo real. A nova reinserção internacional dos países capitalistas, que pode ser resumida à crise do Estado de bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo – personificados em Ronald Reagan e Margaret Thatcher, por exemplo – também é relevante para entender aquele contexto histórico e elaborar justificativas razoáveis que explicam a queda da União Soviética em 1991, como se tentará a seguir.

Na transição da década de 1970 para 1980, a estagnação econômica da União Soviética já ingressava em estágios mais avançados, especialmente após o choque do preço do petróleo – um dos principais componentes da sua pauta exportadora – e o endividamento dos países socialistas e subdesenvolvidos capitalistas.

Em linhas gerais, os “anos dourados” do capitalismo, iniciados no pós-II Guerra, estavam chegando ao fim, desaguando para uma crise produtiva e financeira de todo o sistema. Algumas das críticas neoliberais estavam centradas em uma suposta presença excessiva do Estado na economia, tecendo argumentos de que processos de privatizações deveriam ocorrer para enxugá-lo e, com isso, as dívidas externas dos países subdesenvolvidos seriam atenuadas e a eficiência econômica seria reestabelecida a partir de uma maior internacionalização e livre mobilidade de capitais.

Além das transformações do sistema capitalista como um todo e suas novas características, os sistemas políticos dos países em geral também experimentavam mudanças significativas. As ditaduras militares instaladas na América do Sul, como no Brasil, Argentina e Chile, passavam por processos acelerados de desgaste, onde as populações exigiam maiores liberdades democráticas e rupturas imediatas com a ordem vigente. No mundo socialista, um cenário bastante parecido se instalou na Polônia, com o crescimento do movimento sindical Solidariedade na década de 1980, que veio a derrubar o regime socialista logo depois (RODRIGUES, 2006).

Rangel (1990) traz uma abordagem bastante peculiar a respeito dos reflexos das mudanças econômicas mundiais na União Soviética. O autor trabalha com ciclos de Kondratiev⁸ para elucidar seu raciocínio a respeito da estagnação econômica do antigo bloco. Após a Segunda Guerra Mundial, vive-se um dos grandes períodos do capitalismo – entre 1958 e 1973, intervalo de tempo designado pelo autor como fase “A” – que começa a dar sinais de esgotamento na fase subsequente, a “B”, que vai de 1973 até 1988.

Tabela 3.3 – Produção industrial (crescimento médio ao ano, em %)

Países	Fase “A” (1958-1973)	Fase “B” (1973-1988)
Mundo capitalista	6,3	2,1
COMECON	9,3	4,8
União Soviética	8,5	4,6
Estados Unidos	5,2	2,7

Fonte: Rangel (1990).

⁸Este termo, basicamente, se refere às flutuações cíclicas que o sistema capitalista sofre ao longo dos anos. Com uma duração entre 30 a 50 anos, aproximadamente, a economia dos países passa por momentos de bonança (fase “A”) e de recessão e declínio econômico, designado por fase “B”.

A partir dos dados, comprova-se o efeito mundial da desaceleração econômica. Evidentemente, não era universal; países como Coreia do Sul e China estavam em processos acelerados de industrialização, considerando as mesmas fases do ciclo.

Rangel (1990) também aponta para a particularidade presenciada na União Soviética durante a década de 1930, em um outro ciclo de Kondratiev: enquanto o capitalismo passava por uma grave crise mundial, logo após o *crash* da bolsa de valores em 1929, a URSS obtinha crescimentos econômicos cada vez maiores. Esse movimento de contra tendência é explicado pelo autor por conta de mudanças institucionais, que culminaram em grandes saltos econômicos, principalmente nos três primeiros planos quinquenais. No caso soviético, a grande ruptura institucional foi a transição ao socialismo e a consolidação de um planejamento centralizado. Portanto, para superar o período recessivo desse ciclo, a União Soviética deveria realizar uma reformulação institucional, como uma nova forma de planejamento econômico, para “[...] abrir a porta a [um] novo surto de formação de capital.” (*ibidem*, p. 37).

Talvez os planejadores soviéticos foram negligentes em uma suposta desconsideração de impactos da crise capitalista na União Soviética. Afinal, na grande depressão de 1929, o processo de industrialização estava se concretizando a passos largos. No entanto, era um período histórico totalmente distinto: naquele momento, URSS se via insulada e, com a tese do “socialismo em um só país” sendo aplicada, os soviéticos se desenvolviam a partir de uma economia autárquica – já que era a única nação socialista e o comércio com os capitalistas era muito menos recorrente – e com amplos avanços industriais. Já na década de 1980, a economia se via mais integrada internacionalmente, – com o surgimento de mais nações socialistas, nacionalistas e comercializando mais com os países capitalistas, ou seja, o acesso ao dólar era maior – além de se encontrar estagnada, com amplos desequilíbrios setoriais e atrasada tecnologicamente, claramente se afastando, em termos de evolução econômica, do Ocidente. Logo, com essas mudanças que se desencadearam ao longo do século XX, pode-se dizer que a União Soviética estava mais suscetível a sentir as transformações político-econômicas mundiais.

Segundo as estatísticas oficiais, durante o período entre 1980 e 1985, a taxa de crescimento da renda nacional soviética foi, em média, 3,5% ao ano. Ademais, a taxa de investimento permaneceu na mesma magnitude do quinquênio 1976-1980, em 3,7% (MIKHAILOVA, 2011). Portanto, as mudanças de política econômica promovidas no governo Brejnev não surtiram os efeitos desejados. Pensava-se que rupturas mais profundas, que

afetassem a superestrutura e a infraestrutura, pudessem viabilizar a retomada do crescimento econômico, que certamente já havia atingido seu esgotamento.

O governo Gorbachev é marcado pela *Perestroika* (que significava “reestruturação”) e pela *Glasnot* (“transparência”). Essas medidas, a princípio, foram praticadas para salvar o socialismo na URSS. No entanto, ocasionaram na aceleração do processo de esfacelamento do bloco soviético, como se verá a seguir. Evidentemente, havia mais um conjunto de acontecimentos que floresceram no período que, correlacionados às políticas de Gorbachev, permitem explicar com maior propriedade o fim da União Soviética.

3.3.1 *Perestroika*: precedentes e diagnósticos

Toda essa movimentação econômica e política não tardou em chegar na União Soviética. Os três últimos homens que estiveram à frente da URSS – Brejnev, Andropov e Chernenko – permaneceram no poder até a morte, sendo que os dois últimos exerceram seus mandatos por menos de dois anos cada. Quando Gorbachev assume o executivo em março de 1985, a sociedade soviética sentiu o impacto da mudança, porque prometia mudanças radicais e maneiras de solucionar os problemas da URSS (RODRIGUES, 2006; SEGRILLO, 2012).

De maneira cronológica, a *Perestroika* emerge primeiro e possuiu etapas durante a sua vigência. Ademais, a sua implementação era analisada, pela maioria dos partidários do PCUS, como necessária: “(...) a camada mais lúcida da burocracia soviética demonstrava ter plena consciência de que a situação a que chegara a URSS na década de 80 era alarmante e exigia transformações urgentes.” (RODRIGUES, 2006, p. 203).

Logo, a eleição de Mikhail Gorbachev e suas propostas de mudanças estruturais não vieram das massas populares soviéticas⁹, mas sim do alto escalão do Partido Comunista, com reivindicações desde os acadêmicos até os elementos da segurança. E esses anseios por transformações já eram anteriores ao ano de 1985, onde já se debatiam questões semelhantes dentro do próprio PCUS.

⁹ Evidentemente, durante o transcurso da década de 1980, a população começou, acentuadamente, a ter maior participação política. Muito se deve ao fato de que os jovens e adultos deste período nasceram após a Segunda Guerra Mundial; portanto, não viveram o período stalinista e, conseqüentemente, não possuíam um forte patriotismo e nem um grande saudosismo de tempos passados da União Soviética, sendo suscetíveis para exigirem mudanças mais profundas.

Dois fatores explicam como Gorbachev, com um perfil político relativamente distinto dos comandantes anteriores, conseguiu ascender ao posto de secretário-geral e, posteriormente, de executivo máximo da URSS:

Primeiro, a crescente e cada vez mais escancarada corrupção da liderança do Partido Comunista na era Brejnev não podia deixar de indignar o setor do partido que ainda acreditava em sua ideologia, mesmo do modo mais oblíquo. (...)

(...) Segundo, as camadas educadas e tecnicamente competentes que mantinham de fato a economia soviética funcionando tinham aguda consciência de que sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de status de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio. (HOBSBAWM, 1994, p. 463-464).

O crescente esquema de corrupção¹⁰ no período Brejnev, como visto no capítulo anterior, surgiu a partir da reforma econômica de 1965, onde o Estado soviético não conseguia monitorar o “mercado paralelo” que emergia. Ademais, neste mesmo governo, especificamente após o primeiro choque do petróleo, o grosso da população soviética tinha a falsa sensação de bem-estar social, cujas divisas oriundas da venda petroleira eram utilizadas para importar bens de consumo e alimentos que a União Soviética não conseguia produzir internamente. Portanto, a crescente dependência junto ao mercado externo impossibilitou que os problemas crônicos da economia pudessem ser sanados, ou ao menos amenizados.

Os grandes problemas econômicos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas podem ser resumidos aos sete seguintes pontos:

- O esgotamento do modelo extensivo de crescimento, que levava em conta somente adição de matérias-primas, força de trabalho e maquinários;
- O grande grau de hierarquização para a tomada de decisões: mesmo que reformas durante os governos Krushev e Brejnev fossem em direção à descentralização, estas não obtiveram êxito, por conta das correlações de forças, como a resistência burocrática do PCUS, a *nomenklatura*, e que, ao contrário do que era planejado, fortificou o mercado paralelo soviético;

¹⁰ “(...) o termo *nomenklatura*, praticamente desconhecido antes de 1980, (...) passou a sugerir precisamente a fraqueza da interessera burocracia do partido da era Brejnev: uma combinação de incompetência e corrupção. E, na verdade, tornou-se cada vez mais evidente que a própria URSS operava basicamente por um sistema de patronato, nepotismo e suborno.” (HOBSBAWM, 1994, p. 458)

- O problema microeconômico: as reformas empreendidas não foram suficientes para que as empresas superassem o cumprimento das metas estabelecidas dos planejadores, que talvez fosse sua única função, prejudicando os consumidores no que se refere à qualidade dos produtos;
- A conjuntura da Guerra Fria: a União Soviética, desde os tempos de Josef Stálin, necessitava de uma alta produção de armas e de um exército consolidado para combater as ameaças externas que eram contra a revolução socialista¹¹;
- O efeito em cadeia da estrutura macroeconômica soviética: como a prioridade sempre foi a indústria pesada, as inovações tecnológicas que eram internas à URSS geravam efeitos positivos praticamente apenas nos setores armamentistas ou o espacial: “A questão central [do modelo extensivo de crescimento] era a baixa difusão da tecnologia militar para uso civil (...)” (MEDEIROS, 2011, p. 16). As externalidades que eram oriundas da indústria pesada não surtiam efeitos na agricultura e na produção de bens de consumo em geral, criando-se a necessidade de importações. Até mesmo as chamadas “tecnologias da informação” não eram beneficiadas;
- O processo de reprimarização que se desencadeou durante as décadas de 1970 e 1980, afetando negativamente a balança comercial soviética e criou, circunstancialmente, uma forte dependência na produção de petróleo e gás;
- Perda de mercados durante o processo de internacionalização do capital produtivo e financeiro: neste momento, a União Soviética não estava insulada como nos seus primórdios e, cada vez mais, precisava interagir com as nações capitalistas. Ademais, começava a comercializar menos com os países socialistas, seja pela justificativa da concorrência internacional, seja pelo declínio econômico.

Nesse sentido, o diagnóstico das grandes debilidades realizado pela nova equipe econômica de Gorbachev era razoavelmente preciso. Abel G. Aganbeguian, um dos mentores da *Perestroika*, escreveu um livro à época, mais precisamente em 1987, para tratar dessas questões. O autor elencou quatro grandes grupos de modo a resumir as justificativas para a implementação da política econômica: transição do desenvolvimento extensivo para o intensivo; o bem-estar do povo soviético como um aspecto primordial; reformas radicais nos mecanismos econômicos; democratização e autogestão das empresas.

¹¹ Para efeito de comparação, em 1985, 6% do PIB dos EUA eram compostos de gastos militares, enquanto que, na URSS, essa porcentagem era na magnitude de 13%. Mesmo com o PIB menor, a União Soviética gastava mais em termos absolutos do que os EUA (RODRIGUES, 2006). Os valores desses indicadores estão em dólares.

O primeiro ponto era o mais emergencial para se concretizar, levando em conta a própria conjuntura internacional de transformações tecnológicas. Entendia-se que a partir de uma ruptura radical para um novo padrão de acumulação, a União Soviética iria retornar àquelas altas taxas de crescimento de décadas anteriores. Logo, “[o] conceito de aceleração implica a passagem para uma nova qualidade de crescimento da economia soviética.” (AGANBEGUIAN, 1987, p. 18).

Como o padrão soviético de crescimento era, resumidamente, proveniente pelo simples aumento de insumos, mão de obra e maquinários, sem necessariamente haver uma preocupação com a maneira que seriam utilizados, – modelo extensivo de crescimento – tinha-se um fator em curso: “Depois do nono quinquênio (1971-1975), (...) o aumento de recursos começou bruscamente a reduzir-se. O aumento da mão de obra diminuiu em três a quatro vezes porque o país entrou numa baixa demográfica, reflexo da guerra.” (*ibidem*, p. 22). Ademais, o mesmo autor argumentava na capacidade que a economia soviética tinha em gerar grandes estoques, devido justamente no padrão de acumulação de adição de recursos e, com isso, dever-se-ia realizar uma redução de gastos para elevar a eficácia, pois a participação dos métodos intensivos no crescimento econômico era muito inferior aos extensivos.

No tocante à elevação do bem-estar da população soviética, era fundamental ao novo governo a diminuição de gastos com a indústria bélica e de defesa nacional¹², para que o efeito em cadeia que iria se desenrolar com o novo padrão de acumulação chegasse aos setores mais frágeis da União Soviética, especificamente bens de consumo e agricultura. Ademais, setores como saúde, educação e habitação, além da campanha contra o alcoolismo, – bastante marcante no período Gorbachev – eram tratados por Aganbeguian como prioritários nesse quesito.

Nos dois últimos grupos, as críticas eram acentuadas ao caráter hierárquico e burocrático do sistema econômico, onde o autor deixava explícito que as empresas deveriam ter um maior grau de autonomia para gerir seus recursos, definir preços e salários, livre escolha de fornecedores, entre outros. Também aclamava para uma maior participação dos trabalhadores nos rumos econômicos e políticos.

Tratando da *Perestroika* propriamente dita, essa política econômica pode ser dividida, Segundo Segrillo (2012:242), em quatro partes: 1) 1985-1987: fase da ‘descentralização

¹² “(...) as propostas concretas conciliatórias no âmbito das relações internacionais: moratória unilateral dos testes nucleares, redução imediata de 50% dos armamentos estratégicos e dos mísseis de alcance médio, liquidação, até o ano 2000, de todas as armas nucleares, diminuições igualmente radicais dos armamentos e tropas convencionais.” (Reis Filho, 2003; p. 136).

socialista’; 2) 1988: fase de transição e discussões do caminho a seguir; 3) 1989 e início de 1990: fase da ‘economia de mercado’; 4) final de 1990 e 1991: fase da ‘desintegração e restauração capitalista’. Desse modo, como se verá a seguir, cada fase representa um conjunto de acontecimentos que criaram condições para a queda da União Soviética.

3.3.2 Primeira fase da *Perestroika*

No primeiro estágio, as medidas eram generalizadas e quase não se diferenciavam do que havia sido realizado durante os governos Krushev e Brejnev. A prioridade da *Perestroika* nesse momento era dar maior autonomia às empresas, de maneira que a propagação de inovações tecnológicas fosse acelerada e a descentralização finalmente se concretizasse (MEDEIROS, 2011).

Logo, nessa primeira fase da *Perestroika*, ficava cada vez mais nítido que, mesmo com um bom diagnóstico da realidade econômica soviética, os caminhos para solucionar os problemas eram dúbios: “No entanto, em relação a reformas concretas, parecia haver uma certa hesitação. (...) O autor limitava-se a propor uma sociedade ideal: produtiva, pacífica, justa, livre e democrática. (...) o texto não apontava propostas de políticas concretas, legislações específicas, (...)”¹³ (REIS FILHO, 2003, p. 136-137). Os resultados econômicos nesse período não foram satisfatórios, o que sustenta a precariedade de resoluções concretas.

Como não havia clareza nas propostas de mudança, a economia não conseguiu engrenar. A taxa média de crescimento no período entre 1985 e 1987 foi entre 1,83% e 3%¹⁴, se mantendo inferior a períodos anteriores. Em circunstância dos resultados apontados, a cúpula partidária que havia apoiado a ascensão de Gorbachev e, conseqüentemente, a *Perestroika*, começou-se a dividir em dois grandes blocos: os reformistas e os conservadores. Os primeiros eram favoráveis à continuidade da *Perestroika* e alguns ainda argumentavam a favor de uma radicalização das medidas econômicas, ainda que, a princípio, não se apelasse ao regresso do sistema capitalista. Já os conservadores contestavam os resultados obtidos e pediam o seu fim. Evidentemente, essa ala do PCUS era aquela considerada como burocrática e mais pendente ao sistema altamente centralizado. Durante todo o transcurso da segunda metade da década de 1980, a situação política interna ao PCUS pode ser classificada como uma espécie de pêndulo, onde ora os

¹³ Nesse ponto, Reis Filho (2003) refere-se ao best-seller do próprio Mikhail Gorbachev, intitulado “*Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo*”.

¹⁴ Sobre as estatísticas citadas: 1,83% foi uma média extraída de Segrillo (2012) e se refere ao Produto Material Líquido (PML); Harrison (1996) apontou uma taxa de 3% no mesmo período, segundo estatísticas oficiais (TsSU).

reformistas ganhavam espaços importantes, ora os conservadores contra-atacavam, como se verá mais adiante.

Diante dessa ruptura dentro do Partido Comunista e como analisado em outros períodos históricos da União Soviética, a cúpula partidária mais conservadora sempre foi resistente no que tange a propostas de reformulações econômicas. Restava a Gorbachev, portanto, atacá-los, de maneira que as mudanças pretendidas aos próximos anos fossem levadas adiante. É nesse momento, isto é, na primeira fase da *Perestroika*, mais precisamente em 1986, que a *Glasnot* entra em vigência. De forma lógica, a “transparência” surgiu para salvar a “reestruturação”.

As pressões internas por uma maior democratização na União Soviética eram tanto pela ala mais reformista dentro do partido – que, nitidamente, pretendiam dar continuidade à *Perestroika*, e a via plausível seria somente com uma reforma geral no quadro político e econômico, no intuito de atacar os conservadores – quanto pela própria sociedade – que era altamente instruída no âmbito educacional e estava atenta às diversas transformações mundiais, fossem elas provenientes do Ocidente, com a queda das ditaduras militares e também pelo maior acesso a programas televisivos, ou no próprio Leste Europeu, com o enfraquecimento de regimes socialistas, sendo o maior exemplo a Polônia.

3.3.3 *Glasnot*: primeiros avanços

Como o comportamento de Gorbachev frente às relações internacionais era agradável às potências capitalistas, tendo como maior exemplo o amplo programa de desarmamento nuclear, a correlação de forças externas, principalmente estadunidenses, pendiam nitidamente ao aprofundamento das reformas econômicas e políticas – mesmo que viessem transfiguradas para a retomada do sistema capitalista. A União Soviética, nesse sentido, se via pressionada pelas demandas internacionais, muito por conta do boicote econômico que se intensificou no governo Brejnev ao acesso de divisas, quase que exclusivamente oriundas do petróleo e gás natural, principais produtos exportados pelo bloco socialista, sem contar no processo de internacionalização dos capitais produtivo e especulativo que se desenrolava nesse momento.

O primeiro lampejo relevante da *Glasnot* aconteceu após 26 de abril de 1986, quando houve a explosão nuclear de Chernobyl na República Soviética da Ucrânia. Para dar alicerce a nova realidade política que se instalava no bloco soviético, o desastre foi à época bastante divulgado pelo próprio governo, “ao contrário da lógica stalinista [referindo-se à ocultação e

grandes segredos de Estado praticados anteriormente]” (RODRIGUES, 2006, p. 222). Ademais, esse acidente dava maior visibilidade ao mundo acerca da própria infraestrutura e da situação econômica da União Soviética, onde “[a] explosão de Chernobyl abalava não só a imagem da URSS no mundo, mas também a autoridade do setor mais conservador da burocracia e de seu discurso sobre as conquistas e a força do socialismo, no qual se apoiava.” (*ibidem*, 2006, p. 223). E ainda, para dar alicerce à continuidade da *Perestroika* e da *Glasnot*, “Chernobyl, denunciava Gorbachev, procurando extrair vantagens políticas do episódio, era a própria síntese da modernidade problemática e inacabada da União Soviética.” (REIS FILHO, 2003, p. 136).

No entanto, o avanço da *Glasnot* era limitado. O governo, tendo como grande exemplo o caso polonês de rebeldia e aclamações calorosas por mudanças, inteligentemente não radicalizou a “transparência”. A princípio, mesmo que a liberdade de imprensa havia ganhado avanços importantes, inclusive com legislações específicas após o acidente em Chernobyl, o sistema unipartidário ainda permanecia e a política da *Glasnot*, de certa maneira entre 1986 e 1987, era conduzida gradualmente pela burocracia justamente para que, a curto prazo, não houvesse um caos social (CANO, 2000; RODRIGUES, 2006).

O acidente nuclear abriu espaços para que medidas econômicas concretas avançassem, haja vista que a tragédia de Chernobyl era a personificação do atraso do qual a União Soviética estava enfrentando. Seguiu-se a partir de então, que

[em] novembro de 1986, o trabalho individual privado, já existente no mercado informal [ou paralelo], foi reconhecido e regulamentado [para entrar em funcionamento em maio do ano seguinte]¹⁵. Seis meses depois, aprovou-se um estatuto autorizando a existência de cooperativas autônomas. Entre outros objetivos, tinha a perspectiva de conferir dinamismo aos *kolkhozes*, sempre muito dependentes e controlados pelo Estado. (REIS FILHO, 2003, p. 139).

Grosso modo, o trabalho individual privado, que já era recorrente no mercado paralelo, foi legalizado, sendo uma nítida tentativa de dinamizar a economia e tentar combater os grandes desvios, subornos e corrupção presentes nesse mercado, principalmente no setor de serviços, que sempre foi débil na União Soviética.

Os camponeses das cooperativas, além de ganharem autonomia, também ganharam o direito de cultivar em porções do lote para fins privados, podendo vender e consumir os alimentos e gados. Essa medida, todavia, relembra os tempos da Nova Política Econômica,

¹⁵ “Autorizava a atividade profissional individual, desde que não se contratassem assalariados.” (RODRIGUES, 2006, p. 223)

onde se ampliou a desigualdade social no campo a partir do cultivo privado e da grande especulação de preços e estoques àquela época. Apesar do perigo iminente, os camponeses ganharam estímulos à produção e era justamente a iniciativa privada que, ao longo de toda a história da União Soviética, era mais produtiva.

3.3.4 Segunda fase da *Perestroika* e debates acerca do futuro soviético

Como a atividade econômica, neste curto espaço de tempo, não deu sinais contundentes de melhoras e a *Glasnot* foi instituída para fundamentalmente atacar a ala conservadora do Partido Comunista, houve o acirramento, referente às medidas que deveriam ser tomadas, entre estes e os reformistas, ao final da década de 1980. Neste momento, Gorbachev pendeu aos reformistas e tentou radicalizar a *Perestroika*.

Em janeiro de 1988, entrou em vigor uma lei que concedia às empresas total autonomia para fixação de preços, salários, retenção de uma maior parcela do excedente e escolhas de fornecedores. As empresas que não obtivessem lucros teriam que fechar, pois não receberiam auxílio estatal para continuarem em operação, mesmo que este aspecto não era explícito juridicamente. No entanto, segundo Segrillo (2012), criou-se uma onda generalizada de desajustes dentro das empresas pois, como detiveram novamente a autonomia para gerir seus recursos, a fixação de fornecedores e destinatários finais, no que se refere à matéria prima e bens finais, havia sido extinta e as metas estipuladas já não eram mais obrigatórias (tornaram-se indicativas). Com isso, por muitas vezes, as empresas não eram supridas com insumos suficientes e algumas preferiam exportar para adquirir divisas. No modelo antigo, apesar de suas debilidades, as empresas sabiam com maior exatidão esses fluxos e, caso houvesse dificuldades, bastava seguir as metas do planejamento superior. Medeiros (2011) aponta também que a parcela do excedente gerado, ao invés de ser revertido em maiores fluxos de investimentos, foi utilizado para elevar especialmente os salários dos gerentes das empresas, e a especulação via retenção de estoques foi inevitável.

Em meados de 1986, o preço internacional do petróleo caiu sensivelmente, o que culminou em uma menor entrada de divisas na União Soviética (RODRIGUES, 2006). Considerando um contexto de maior flexibilidade e necessidade de superar o modelo extensivo de crescimento para construir o intensivo, as importações de maior valor agregado eram relevantes neste processo. Dessa forma, não foi possível realizá-lo da maneira desejada pelos soviéticos. Ademais, a URSS era dependente da compra de alimentos no comércio

internacional, já que sua agricultura sempre enfrentou dificuldades de desenvolvimento. Não obstante, atrelado a este fato, as reformas no campo foram desastrosas: “Em 1988, a colheita de cereais alcançou 195 milhões de toneladas, quase 20% a menos do que em 1978, dez anos antes. (...) O racionamento da carne atingia oito das quinze repúblicas e 26 regiões na Federação Russa.” (REIS FILHO, 2003, p. 145-146).

Dado o cenário econômico caótico em que nada se resolvia e, pelo contrário, apenas se tornava cada vez mais confuso, algumas manifestações nas repúblicas soviéticas surgiram entre fins de 1986 e início de 1988, especificamente no Cazaquistão, Bálticos, – Estônia, Letônia e Lituânia – Moldávia, Armênia e Azerbaijão. Ainda que essas eclosões não fossem explicitamente de caráter nacionalista, isto é, no sentido de declarar independência à URSS, elas preocupavam as autoridades soviéticas e já indicavam a perda de controle do Partido (*ibidem*, 2003).

A cúpula conservadora do Partido contestava cada vez mais as políticas adotadas por Gorbachev. Um grande exemplo que repercutiu bastante no início de 1988 foi uma carta escrita por Nina Andreev, uma professora da cidade de Leningrado, onde teceu duras críticas à *Perestroika* e à *Glasnot* e valorizou profundamente a Revolução de Outubro e as grandes conquistas da União Soviética. Os reformistas responderam três semanas depois, por meio do jornal *Pravda*, o que demonstrou uma certa posição defensiva e de recuo dos apoiadores das políticas de Gorbachev (RODRIGUES, 2006). O episódio brevemente relatado revelava o clima polarizador da URSS, onde o futuro era realmente incerto.

A forma encontrada para articular esses desgastes políticos foi a convocação de uma conferência do Partido Comunista em junho de 1988, no intuito de debater as possíveis saídas plausíveis àquele contexto de crise política e econômica. Sugeriu-se então a eleição que aconteceria em março de 1989 do Congresso dos Deputados do Povo com 2250 deputados, eleitos por três frentes:

(...) um primeiro terço seria eleito por todos os cidadãos, (...) um outro terço seria escolhido, proporcionalmente, pelas diferentes nações soviéticas. Finalmente, um último terço seria designado por determinadas instituições: o Partido Comunista, os sindicatos, as instituições acadêmicas, as organizações populares, etc. (REIS FILHO, 2003, p. 143)

Na prática, estava em curso a desvinculação do PCUS com o Estado, onde perdia gradualmente as suas ações e se criava uma estrutura autônoma de poder. Em outras palavras,

pode-se dizer que o monopólio do Partido Comunista era destruído (RODRIGUES 2006), inclusive porque as candidaturas que iriam surgir poderiam ser “independentes”, isto é, sem vinculações partidárias. No entanto, esse arranjo político e institucional em curso na União Soviética conferia maiores poderes ao presidente, Mikhail Gorbachev, de governar por decretos.

Mesmo que a maioria dos deputados ainda fossem do PCUS, havia uma bancada no congresso de oposição composta pelas candidaturas independentes, que claramente possuía uma guinada à direita, onde posteriormente já não se falava mais em melhorar a economia socialista mas, sim, de regresso ao modo de produção capitalista (SEGRILLO, 2012). Gradualmente, economistas e políticos passavam a defender a completa privatização da economia, influenciados por especialistas estadunidenses e britânicos, cujas opiniões “(...) não se baseavam em algum conhecimento do que de fato se passava na economia soviética.” (HOBSBAWN, 1994, p. 477).

Já em meados de 1989 e no ano de 1990, grande parte dos países socialistas europeus começaram a cair como se fossem parte de um castelo de cartas. Como eram totalmente dependentes dos soviéticos, os seus sistemas econômicos também estavam entrando em colapso, dada as grandes dificuldades da URSS. Entre os países, pode-se destacar a Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Albânia e a República Democrática Alemã. O golpe final à União Soviética foi a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 e a nítida orientação dos alemães para a reunificação do país, onde ficou explícito à opinião pública mundial que o sistema socialista estava chegando ao fim. Mesmo com o cenário socialista internacional altamente desfavorável à URSS e com ampla divulgação midiática, Gorbachev ganhava prestígio no Ocidente, com a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em 1989, dando claros sinais de uma nova política de paz. Em contrapartida, sua reputação interna caía acentuadamente, pois a União Soviética aos poucos perdia seu *status* de superpotência – pela impotência diante da queda do socialismo real europeu – e pela conturbada conjuntura econômica e política.

O desmoronamento dos países socialistas foi um dos elementos fundamentais para fomentar movimentos nacionalistas nas repúblicas soviéticas. Dessa vez, as manifestações já indicavam claros sinais do caráter nacionalista e com apoio direto dos reformistas, no intuito de enfraquecer ainda mais o poder central e, evidentemente, os conservadores. E toda a confusão política que, por mais que Gorbachev concentrasse muito poder em suas mãos, parecia não haver um comando centralizado como em outros tempos. Isso se refletiu no apoio dos

reformistas das repúblicas nos movimentos nacionalistas e nos próprios planos quinquenais que, em 1989, pela primeira vez não foram elaborados (HOBBSAWM, 1994).

O quadro geral de desarticulações políticas e econômicas se explicitava cada vez mais ao final da década de 1980. E os acontecimentos que se sucederam criaram condições reais para que a desintegração do bloco soviético se efetivasse.

3.3.5 As duas últimas fases da *Perestroika* e seus desdobramentos para a queda da União Soviética

Os dois últimos momentos da *Perestroika* são decisivos para o desfecho da URSS e do socialismo real em termos mundiais. Como a União Soviética era o principal bloco socialista até então, a queda ou a permanência eram questões pertinentes à opinião pública internacional, que julgava Gorbachev e depositava esperanças na sua liderança para conduzir as reformas necessárias. No entanto, a concretização das medidas apenas aprofundava a desorganização econômica que historicamente sempre dependeu de órgãos governamentais fortemente centralizados, como o Exército Vermelho, e agravava problemas de abastecimento, produção e distribuição do excedente econômico. Nesse clima caótico, muitas alas da sociedade civil se sentiam frustradas pela falta de resultados e mudanças, o que gerou uma tendência a questionar o próprio socialismo real da União Soviética.

Algumas repúblicas, em meados de 1989 e 1990, arriscaram na declaração de independência:

nos países bálticos, na Ásia central, no Cáucaso, até mesmo na Rússia e nas duas outras nações eslavas (Ucrânia e Bielorrússia), consideradas o núcleo básico de sustentação da União Soviética, os parlamentos nacionais proclamavam a própria soberania em relação ao poder central da União, ou seja, a primazia das leis nacionais sobre as leis soviéticas. (...) Surgiu então, no segundo semestre de 1990, a ideia da formulação de um novo pacto federativo, uma União das Repúblicas Soberanas, em que, sintomaticamente, já não apareciam mais as menções ao socialismo (...) (REIS FILHO, 2003, p. 152).

Com uma iminente ameaça de um possível desmoronamento do bloco soviético, Gorbachev nomeou pessoas para cargos importantes no governo, ao final de 1990, que estavam mais ligados às alas conservadoras (*ibidem*, 2003). Percebe-se a tentativa desesperadora de Gorbachev para impedir a eclosão ou até mesmo para tentar se manter no poder, mesmo que no curto prazo fosse impedido de avançar com algumas reformas.

Ademais, em março de 1991, houve na União Soviética um referendo que questionava a população acerca do futuro do bloco. Grosso modo, o governo central perguntava se o povo soviético queria a manutenção da URSS. O resultado foi favorável, com um pouco mais de 76% para o “sim”¹⁶ (HOBSBAWM, 1994; REIS FILHO, 2003).

Para entender especificamente esse curto período histórico, deve-se citar a figura de Boris Yéltsin. Partidário e sempre envolvido na política, desfilou-se do PCUS ao final da década de 1980 e começou a liderar a ala reformista, já expressando seu desejo de restauração ao capitalismo. Em junho de 1991, houve uma eleição direta para presidente da República Russa, onde venceu facilmente no primeiro turno, o que lhe deu mais forças para combater o socialismo real (REIS FILHO, 2003). E, na medida em que a popularidade interna de Gorbachev caía, Yéltsin ganhava mais prestígio entre os soviéticos, sendo o personagem fundamental para a dissolução da URSS.

O que se desenrolou após a ideia de um novo pacto federativo foi a formulação de um “Tratado da União”¹⁷ em abril de 1991, que entraria em vigor dia 20 de agosto do mesmo ano, que “pretendia preservar a existência de um poder federal central (com um presidente federal eleito diretamente) no comando das Forças Armadas, da política externa, da coordenação da política financeira e das relações econômicas com o resto do mundo.” (HOBSBAWN, 1994, p. 478).

No entanto, um dia antes de entrar em vigência – 19 de agosto de 1991 – houve uma tentativa de golpe, liderada pela ala conservadora, composta basicamente por militares e outros partidários do alto escalão, ocupando o centro de Moscou com tanques. Estes criaram o Comitê de Emergência para qualquer eventualidade. Pelos meios de comunicação, diziam que Gorbachev havia tirado férias na Crimeia. Mas, na verdade, foi afastado pelos golpistas e mantido preso. O principal objetivo desse movimento era de evitar a dissolução da União Soviética, até mesmo pelo método da força. Boris Yéltsin liderou o movimento de contragolpe, estando-se em frente aos tanques, juntamente com outros correligionários e pessoas que o apoiavam. Como se teve uma repercussão mundial do acontecimento, e a mídia claramente estava a favor de Yéltsin, o movimento golpista não conseguiu apoio das repúblicas soviéticas

¹⁶ Seis repúblicas boicotaram o referendo: Estônia, Letônia, Lituânia, Geórgia, Moldávia e Armênia (REIS FILHO, 2003).

¹⁷ Com exceção dos Bálticos, Moldávia, Geórgia e Quirguistão.

– com exceção do Azerbaijão – se desmantelando dois dias depois (HOBSBAWM, 1994; REIS FILHO, 2003; RODRIGUES, 2006).

Esse acontecimento foi decisivo para que Boris Yéltsin ganhasse mais força política e, como Gorbachev já vinha com seu prestígio desgastado pelos soviéticos, após a resistência de contragolpe de Yéltsin, o presidente da URSS foi completamente descartado. Sendo assim, os processos de independência das repúblicas soviéticas aconteceram de forma rápida, sem qualquer tentativa de movimentação em sentido contrário por Gorbachev:

Estônia (20 de agosto), Letônia (21 de agosto), Ucrânia (24 de agosto), Bielorrússia (25 de agosto), Moldávia (27 de agosto), Cazaquistão e Quirguistão (28 de agosto), Azerbaijão (30 de agosto), Uzbequistão (31 de agosto), Tajiquistão (9 de setembro), Armênia (21 de setembro) e Turcomenistão (26 de outubro) (REIS FILHO, 2003; p. 154).

Aproveitando-se do momento e estimulando cada vez mais os movimentos separatistas, no início de dezembro Yéltsin, juntamente com os líderes da Ucrânia e Bielorrússia, anunciou a fundação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), onde 11 das 15 antigas repúblicas¹⁸ soviéticas eram membros do novo grupo. Resumidamente, não se tratava de a criação de uma nova federação ou um novo conglomerado. A princípio, iria-se organizar algumas reuniões para poderem discutir acerca da repartição de riquezas e empresas da União Soviética. Com a União Soviética extinta, mesmo que não formalmente, restou a Mikhail Gorbachev renunciar em 25 de dezembro de 1991, decretando o fim da maior experiência socialista do século XX.

¹⁸ Com exceção da Geórgia e os Países Bálticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda a pesquisa, pretendeu-se estudar a concretização do socialismo realmente existente na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com o intuito de se analisar profundamente sua construção e de que maneira se deu, ao longo de sua existência e considerando os determinados períodos históricos, o planejamento econômico no bloco soviético.

Até a Segunda Grande Guerra, a URSS se desenvolveu praticamente isolada e sempre presente em conflitos armados – duas guerras mundiais, uma guerra civil e duas revoluções. Mas, mesmo com as enormes dificuldades que enfrentou, a União Soviética fez frente aos Estados Unidos durante quase toda a segunda metade do século XX nos campos econômico, militar e ideológico.

Como não havia formulações marxianas contundentes de como seria uma sociedade transitória – isto é, o socialismo – para se alcançar o comunismo, os soviéticos se basearam na realidade concreta e a saída encontrada foi o desenvolvimento econômico planejado, mesmo com falhas na sua construção. Os debates internos ao Partido Comunista resumem os diversos projetos a serem trilhados: estratégias de desenvolvimento, do socialismo e de planejamento econômico.

O período stalinista foi crucial para compreender o andamento do planejamento na União Soviética, haja vista que foi em seu governo que os planos quinquenais foram implementados – e estes planos de médio prazo foram uma marca até os tempos finais do bloco soviético. Nesse período histórico, teve-se a nítida intenção de industrialização e que, grosso modo, obteve sucesso. Todavia, o modelo de planejamento adotado pela URSS possuía falhas e lacunas, tais como a excessiva centralização, hierarquização das decisões e o engessamento que as metas criavam nos processos produtivos – proveniente do modelo extensivo de crescimento. Ademais, o desequilíbrio entre indústria e agricultura, que se inicia no governo Stálin, perdurou durante toda a existência da União Soviética.

Alguns conjuntos de reformas tentaram ser implementadas nos governos subsequentes, de modo a melhorar os problemas que se tornavam estruturais, como o desequilíbrio macroeconômico e as limitações microeconômicas no tocante à autogestão das fábricas. Os

resultados, como analisados, não foram expressivos, muito por conta da resistência interna ao PCUS.

Cabe ressaltar também que, no transcurso da segunda metade do século passado, o contexto da Guerra Fria é fundamental para sintetizar a lógica do planejamento econômico soviético. A prioridade dada ao setor bélico e espacial se encaixava na disputa que se travava entre os sistemas socialista e capitalista, tal como nas zonas de influência entre as potências protagonistas do período referido. A URSS, nesse sentido, não conseguia transferir as suas conquistas tecnológicas destes setores para os de bens de consumo, devido à priorização de certos segmentos nos planejamentos.

Dentro deste contexto, deve-se apontar que o campo socialista em geral estava inserido dentro de um sistema global capitalista, que era e continua até a atualidade como hegemônico. Os choques do petróleo, que tiveram proveniência do campo capitalista, afetaram consideravelmente o bloco soviético, cuja consequência principal foi a reprimarização da pauta exportadora e, inevitavelmente, da dependência petroleira para auferir divisas – considerando as dificuldades para acessá-las devido aos bloqueios comerciais – e importar bens de consumo e alimentos – setores débeis da União Soviética.

Ao final da década de 1980, com a economia nitidamente apresentando sinais de ruínas, Mikhail Gorbachev traz à tona a *Perestroika* como um plano econômico que iria recuperar o andamento da dinâmica econômica do bloco soviético. O que se viu, todavia, foi a aceleração da dissolução já que, apesar de um farto diagnóstico dos problemas econômicos, as soluções não coincidiram na realidade objetiva da União Soviética, ascendendo ainda mais a insatisfação do povo soviético e aos projetos neoliberais propriamente ditos.

A *Glasnot*, que surgiu posteriormente à *Perestroika*, ajudou a criar condições propícias aos movimentos separatistas que emergiam ao final da mesma década. A intenção de melhorar o cenário político da União Soviética não se concretizou e, ao contrário, permitiu que setores conservadores, personificados na figura de Bóris Yéltsin, ganhassem forças importantes e acelerassem o fim da URSS no transcurso de 1991 – os quais, ironicamente, enfraqueceram o poder de Gorbachev. Ademais, permitiu que outros países socialistas regressassem ao modo de produção capitalista, devido ao enfraquecimento externo soviético.

É evidente que, ao longo dos anos, o modelo de planejamento econômico soviético deveria ser atualizado de acordo com a conjuntura mundial à época, haja vista que o campo socialista estava inserido dentro de um sistema capitalista que passava a ser cada vez mais

internacionalizado, como tentar incorporar as transformações que surgiram com a Terceira Revolução Industrial. Apesar dos problemas econômicos internos, as pressões externas dentro do contexto da Guerra Fria interferiam diretamente nos planejamentos, como demonstrados ao longo da pesquisa.

As primeiras décadas da antiga União Soviética demonstraram que um novo tipo de sociedade era viável. A prova mais evidente é a de que, em um curto espaço de tempo, mesmo com imensas dificuldades, conseguiu-se transformar uma realidade socioeconômica agrária para uma relevante potência industrial, tendo o Estado como o principal agente das atividades econômicas. As grandes conquistas, como as do campo espacial e nos campos sociais – como a universalização da saúde e educação – foram de suma importância para o bloco.

Se se leva em conta as experiências das principais potências econômicas capitalistas, caso não ocorresse alguma mudança estrutural e institucional – tal como na União Soviética – muito provavelmente as repúblicas que faziam parte do bloco não alcançariam grandes margens de progresso socioeconômico, haja vista a explícita submissão e dependência que tinham para com as potências imperialistas à época. A partir do momento em que a emancipação soviética se concretizou e emergiram outros socialismos reais, a ameaça de uma possível hegemonia socialista foi real em boa parte da segunda metade do século XX.

Portanto, o planejamento soviético permitiu que mudanças estruturais ocorressem não somente em seu território, mas serviu como espelho ao antigo bloco socialista do século passado. A evidente elevação da complexidade econômica, em decorrência fundamentalmente dos planejamentos de médio prazo e da acumulação do excedente econômico nas mãos do Estado, – cujo objetivo central era garantir a universalidade ao acesso de bens e serviços produzidos aos soviéticos – melhorou substancialmente a qualidade de vida da população.

Após a queda do bloco socialista, diversas economias que regressaram ao modo de produção capitalista passaram por crises profundas ao longo da década de 1990 – inclusive a Rússia. Ou seja, a substituição dos planejamentos de prazos maiores pela dinâmica mercadológica, considerando o contexto de globalização econômica e financeira, fragilizou essas economias, algo que persiste atualmente.

A reinserção mundial de países que eram socialistas no novo cenário comercial e econômico foi totalmente marginal e desproporcional – o que remete novamente às crises enfrentadas por eles assim que o socialismo desmantelou. Uma grande qualidade do bloco socialista era de que o comércio entre eles, haja vista as dificuldades para realizar trocas com

nações capitalistas, era baseado na cooperação, prezando pela superação do capitalismo – sistema esse pautado na exploração dos países pobres pelos ricos – enquanto sociedade e economia.

Talvez os antigos partidários idealizaram em excesso o modelo econômico soviético, denominando-o como o modelo autenticamente socialista. No entanto, ele só foi possível a partir da complexa realidade da antiga Rússia czarista e das correlações de forças à época. Nenhum país deve idealizar modelos, já que as particularidades variam para cada país. Deve-se, portanto, abstrair as qualidades da experiência soviética, tal como suas limitações, e tentar a partir dessas sínteses realizar um novo modelo de planejamento econômico, adaptado às realidades do período histórico presente, para que o desenvolvimento seja possível e partindo da própria população de cada nação, de modo a construir uma nova sociedade, livre efetivamente da exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGANBEGUIAN, A. G. (1988). **A revolução na economia soviética: a *Perestroika***. 2. ed. Lisboa: Europa-América.
- CANO, W. (2000). **Notas sobre a crise da URSS**. *Economia E Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 203-210.
- COTRIM, L. (2017). A Revolução Russa e o pós-capitalismo. **Verinotio**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23.
- DHEIN, R. J. (2015). **A dinâmica da economia, as políticas econômicas e as relações de produção da União Soviética no período de 1945 a 1991**. 2015. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria.
- FRANCISCON, M. W. (2013). **Mercado e iniciativa privada na União Soviética**. *Analecta (UNICENTRO)*, Guarapuava, v. 14, n. 1.
- GOMES, L. H. M. (2015). **O modelo stalinista de planificação econômica**. 11º Congresso Brasileiro de História Econômica - O modelo stalinista de planificação econômica. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, p. 1 - 25.
- HARRISON, M. (1993). **Soviet Economic Growth Since 1928: the Alternative Statistics of G.I. Khanin**. *Europe-Asia Studies*, v. 45, n. 1, p. 141-67
- HOBSBAWN, E. (1994). **A era dos extremos – O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras.
- LANGE, O. (1988). **Ensaio sobre planificação econômica**. São Paulo: Nova Cultural.
- LÊNIN, V. I. (2017). **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2012). **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2º edição.
- MARX, K. (1996). **O Capital – crítica da economia política**. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 2167 edição.
- MEDEIROS, C. A. (2011). A Economia Política da Transição na Rússia. In: André de Gustavo Miranda de Pineli Alves. (Org.). **Uma Longa Transição Vinte Anos de Transformações na Rússia**. v. 1, p. 13-39.
- MONTEIRO, V.; VACCAREZZA, J. (2017). O Sistema Internacional na formação da Base Industrial de Defesa soviética: da Revolução à bomba de hidrogênio (1917-1953). **Revista Perspectiva**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 18, p.9-29.
- KNIGA, M. (1961). **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda. Academia de Ciências da URSS, 3º edição.

MIGLIOLI, J. (1982). **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense.

NATAL, J. A. S. L. (2013). **União Soviética: Da Nova Política Econômica (NEP) à construção do “socialismo num só país”**. Revista Cronos, v. 14, n. 1, p.105-126. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NETTO, J. P. (1985). **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, C. A. B. de. (2002). **Processo de industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editoria Unesp.

RANGEL, Ignácio M. (1990). **O Quatro Ciclo de Kondratiev**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 10, n. 4, p.30-43.

REIS FILHO, D. A. (1989). **A Revolução Russa 1917-1921**. São Paulo: Brasiliense, 4.º edição.

_____ (2003). **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editoria Unesp.

_____ (1983). **URSS: O socialismo real (1921-1964)**. São Paulo: Brasiliense.

RIEGER, F. C. (2015). **A estagnação econômica dos anos 70 e a intervenção soviética no Afeganistão: fatores para a queda da URSS**. 2015. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento.

RODRIGUES, R. P. (2006). **O colapso da URSS: um estudo das causas**. Tese (Doutorado) - História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo

ROSSETTI, J. P. (1981). **Política e programação econômicas**. São Paulo: Atlas.

SEGRILLO, A. (2012). **Os Russos**. São Paulo: Editora Contexto.

SILVA, P. M. B. da. (2014). **O papel de Nikita Khrushchev no Complexo Militar e Industrial, no quadro da Guerra Fria**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa.

SUNY, R. G. (2008). **Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações**. Lua Nova. n.75, pp.77-98.

VASCONCELOS, J. S. (2014). **Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929)**. Revista Verinotio, v. 9, n. 18, out. 2014. Belo Horizonte.

VIZENTINI, P. (1989). **A Revolução Soviética: O Socialismo num só país**. São Paulo: Mercado Aberto.

VOLKOGONOV, D. (2017). **Stálin: triunfo e tragédia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2º edição.